

MATHEUS BARRIENTOS FERREIRA



**EDUCAÇÃO PAULISTA
PELO PRISMA
DO ANARQUISMO:
ESCOLA MODERNA E JOÃO PENTEADO**

Texto e Contexto

EDITORA

MATHEUS BARRIENTOS FERREIRA

**EDUCAÇÃO PAULISTA
PELO PRISMA
DO ANARQUISMO:
ESCOLA MODERNA E JOÃO PENTEADO**

Texto e Contexto

EDITORA

Copyright © 2025 by Matheus Barrientos
Todos os direitos reservados ao autor

Direção: Vendelino Hauer

Capa, Projeto gráfico, diagramação e revisão final de edição: Equipe Texto e Contexto

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ferreira, Matheus Barrientos

Educação paulista pelo prisma do anarquismo
[livro eletrônico] : Escola Moderna e João
Penteado / Matheus Barrientos Ferreira. --
Ponta Grossa, PR : Texto e Contexto Editora, 2025.
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-6080-075-5

1. Anarquismo 2. Educação 3. Educação - São Paulo
(Estado) - História 4. Pedagogia I. Título.

25-281930

CDD-370.98161

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : São Paulo : Estado : História
370.98161

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

TEXTO E CONTEXTO EDITORA
www.textoecontextoeditora.com.br
contato@textoecontexto.com.br
Tel. (42) 98883-4226

Sumário

Prefácio	007
Introdução	009
Capítulo 1	015
Relação entre educação e o Movimento Anarquista dentro e fora da cidade de São Paulo	
1.1 A cidade-metrópole e seus dizeres ao Movimento Anarquista....	028
1.2 O projeto educacional anarquista se apresenta a sociedade.....	052
1.3 A escola moderna: o anarquismo educacional se faz presente	057
1.4 1920: Mudanças educacionais em São Paulo.....	068
Capítulo 2	080
João Penteadó, boletim da Escola Moderna e Anarquismo em São Paulo	
2.1 Boletim da escola moderna.....	086
2.2 João Penteadó e o Anarquismo.....	096
Considerações finais	102
Referências	107

*O ensinar é amar, antes de amar ensine,
antes de ensinar ame, a educação
transforma vidas.*

Agradecimentos

Começo essa dedicatória relembrando aqueles que sempre estiveram ao meu lado, meus pais, Cicero Ferreira e Elisete Barrientos, nos momentos mais difíceis e ao longo dessa longa jornada conseguiram proporcionar as melhores condições possíveis para que conseguisse chegar até aqui. Aos meus avós maternos Izidro Barrientos e Adoração Apolo, oriundos da imigração espanhola para o Brasil, e meus avós paternos Luís Ferreira e Josefa Ferreira, oriundos da migração nordestina para São Paulo, ambos excluídos do progresso social e de muitos direitos sociais, assim como, os personagens dessa narrativa, dedico cada frase desse livro.

Também em primeiro momento dedico a escrita dessa obra a minha companheira e esposa Lorena Almeida que consegue transcender amor e apoio em todos os momentos, um ser de luz, grande companheira de luta e progresso.

Muitas pessoas passam por nossas vidas, porém, poucas são aquelas que conseguem contribuir e marcar a sua história, como é bom ter pessoas boas ao nosso lado sempre nos apoiando, conseguindo conter e aconselhar nos momentos mais difíceis, quando a desistência parece o único caminho, aos inúmeros amigos que fizeram e fazem parte dessa jornada dedico essa escrita, em especial aos meus grandes amigos Maykon Ferreira em que me inspiro todos os dias na vida acadêmica e que contribuiu com a bela escrita do prefácio dessa grande obra libertadora, e Mayara Balestro grande companheira na vida acadêmica e na jornada histórica.

Dentro dessa obra tão importante para a construção da reflexão em relação a história do ensino, não posso deixar de dedicar essa obra aos professores que auxiliaram e construíram essa alma pensante que aqui vos-escreve. Arte mais linda que existe o ensinar hoje faz parte do meu ser, me dedico a mudar a vida das pessoas através do ensino, encarar a educação como profissão torna-a distante, o ensinar deve ser visto como uma arte que deixa sementes plantadas na alma de cada indivíduo.

Aos professores de todo o Brasil e particularmente para aqueles que passaram pela minha vida, dedico essa obra.

Prof. Me. Matheus Barrientos Ferreira

Prefácio

Prefaciando o livro de Matheus Barrientos é de uma alegria que tenho certeza de que estas poucas palavras não conseguiram de forma alguma transmitir. Ao acompanhar sua intensa jornada dedicada aos estudos e a propagação do conhecimento mostra que ainda podemos ter esperança naqueles que de forma mui humilde se embrenham a desbravar a mentalidade de uma sociedade que anseia por conhecimento e mudança de status.

Matheus não apenas se insere nesse caminho belo da pesquisa, como também faz com que dados e informações complexas se tornem de fácil acesso e compreensão, lembro-me de quando o conheci um estudante vindo de uma pequena cidade chamada Osvaldo Cruz no interior do estado de São Paulo que ambicionava na pesquisa, trazer respostas a questionamentos do presente com base nos documentos escritos no passado.

Tive o prazer de ler a sua pesquisa de mestrado, e me encantei com o fato de um historiador utilizar-se de um jornal cujo nome é bem significativo A Plebe para ali encontrar as formas por quais o movimento anarquista de comunicava com os seus pares e com a sociedade, e ver na temática um importante olhar, pois ali se apresentava como os anarquistas se viam e desejavam serem vistos.

Ao ler este livro, vejo que não só ele cumpre de fato esse papel, mas evoluiu-se em um grau maior, a partir de provocações que não apenas nos faz refletir sobre o nosso tema presente, mas revistar pontos do passado que ainda merecem uma atenção maior. Em seu livro que tenho a honra de prefaciá-lo, Matheus adverte que não é seu objetivo trazer respostas, mas questionamentos, o que concordo, sua escrita nos traz inúmeras provocações, mas como todo e belo trabalho apresentado, respostas são encontradas nos parágrafos que problematizam não apenas a inserção de imigrantes no Brasil, a preocupação dos anarquistas na criação de centros de ensino, como também as dinâmicas envolvidas nas fábricas através de seus operários e nos bairros, como ele tão bem demonstrou poucos assistidos pelo governo de São Paulo.

O primeiro capítulo nos traz uma temática interessante, pois discutir o anarquismo a luz de seu estruturamento no Brasil, nos vislumbra de conhecer, que em locais ainda poucos discutidos como no estado Paraná, a

existência de colônias que tinham como objetivo mostrar a viabilidade do projeto ideológico, como também do projeto educacional. Não obstante apenas isso, o capítulo nos conta a formação da cidade de São Paulo, com o olhar para os imigrantes, assim como o estabelecimento das primeiras instituições educacionais anarquistas, e suas lutas para conseguirem continuar existindo, trazendo um dado interessante que esse movimento se estendia também na cidade São Caetano do Sul.

No segundo capítulo vemos que ao enfoque no pedagogo, ligado ao movimento anarquista e que buscou dentro de suas possibilidades, à difusão e a estruturação da Escola Moderna, no qual, se tornou um ambiente para um ensino libertário e crítico acerca da posição dos operários perante a sociedade, a conhecer as mazelas por qual eles eram submetidos e sem muitas vezes se darem conta do referido processo.

No trabalho destaca-se ainda, o olhar sensível a temática do trabalho infantil nas fábricas como forma de complementação de renda, contribuindo para um número significativo na taxa de analfabetismo, entre crianças e adultos, ao qual, dentro das Escolas Modernas procurou-se contribuir com a sua diminuição na oferta de cursos para todos.

Sem dúvida alguma, à inúmeros questionamentos que são levantados no presente texto durante sua leitura, e a licença para a discordância e contraposições são dadas por esse humilde autor já logo de início de sua escrita, e se a Filosofia se preocupa com o campo da Razão, esse trabalho com toda a certeza, tem por si só, um fito histórico-filosófico.

Desejo aos estimados leitores, que as dúvidas que forem surgindo durante o processo de leitura e absorção das ideias, sejam anotadas, e que assim como o Matheus, se inclinem, no movimento de trazer mais provocações e reflexões para o campo do conhecimento.

Maykeon da Silva Justino Ferreira

Graduado em História (2012), com especialização e Patrimônio e História (2014) e Arquivologia (2025) pela Universidade Estadual de Londrina - UEL

Introdução

A questão educacional sempre esteve envolvida diretamente com os patamares desejados pelas juntas governamentais, assim como, seus cidadãos, seja de bom grado ou não. A palavra educar tem por significado segundo o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, “Processo que visa ao desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, através da aplicação de métodos próprios, com o intuito de assegurar-lhe a integração social e a formação da cidadania.” (Michaelis, 2025). Dentro do contexto social, o processo de educar mantém relações estreitas nas raízes do progresso.

O educar insere o cidadão na vida social, desde o ensino primário o Estado através do ensinar se faz presente na vida de cada ser, assim, os distintos modelos governamentais que se apresentaram ao longo da história intervêm na vida do homem através dos modelos educativos, esses que sempre foram utilizados para moldar as futuras gerações em favor de si. Como exemplifica o Dicionário Político, “A educação na sociedade autoritária representa a primeira forma de intervenção repressiva sobre o homem.” (1998, p. 26).

Na antiguidade a arte do ensinar esteve restrita a pequenos grupos sociais, muitas vezes estando ligadas diretamente a transmissão mitológica, poucas foram as sociedades que se propuseram a difundir o conhecimento através da reflexão dos seus próprios alunos. Pensamento crítico o pilar mais delicado da sociedade? A pergunta que faço talvez seja um tão quanto delicada parece, o refletir propõem a aquele que se arrisca ao estágio crítico do ser, no interior de si para o exterior, tudo ao seu redor torna-se plausível de críticas.

O criticar é necessário? Sim, a crítica constrói o ser e sua sociedade, os primeiros educadores gregos, cargo este muitas vezes ocupados por filósofos como Sócrates, buscavam instigar no ser o pensamento crítico com a objetividade de avaliar não somente a si e sua vida individual, mas como, os caminhos e pilares constituídos pela

sociedade em que está inserido, apresentando-o que o conhecimento libertador e construtivista somente germina na alma do ser crítico.

A própria filosofia tem por esse fim a reflexão e está ali não para ensinar o conhecimento definitivo e suas respostas conclusivas, mas sim, apresentar a ponte que levará seu receptor aos mundos das respostas inconclusivas. O educar na Grécia Antiga, de múltiplas formas proporcionou aos seus expectadores (alunos) a dimensão da arte do pensar, e refletir sobre os dilemas mundos e espirituais. Instigando no intelecto do ser crítico a reflexão.

O buscar da própria resposta, a frase que apresento identifica-se como eixo central da reflexão na escrita deste livro, que na verdade muito além de dados e fatos, busca trazer para aquele que esteja promovendo a leitura o questionamento, reflexão e o olhar crítico ao presente através do passado, afinal, o passado ainda vive no bojo do presente.

As transformações educacionais promovidas ao longo da antiguidade desaguararam em um mar obscuro, sem luz e reflexão, orquestrado pela Igreja Católica durante a Idade Média, no qual, o ensino que apresentamos hoje como público esteve totalmente restrito aos ensinamentos clericais, como bem explica, Dermeval Saviani (2008, p. 149), a Igreja Católica ficou a cargo da organização do sistema educacional em muitas localidades, sejam elas na Europa ou até mesmo no chamado Novo Mundo (América). Sendo assim, o desenvolvimento educacional ficou a cargo dos dizeres religiosos, e a prosperidade da ciência e do intelecto de cada individuo se restringiu.

Os modelos organizacionais e sociais que se apresentaram as sociedades europeias ao longo do século XVIII, trouxeram consigo profundas mudanças, principalmente a partir da intensa urbanização e industrialização que muitas localidades sofreram, redefinindo as relações entre capital, trabalho e social. O capital esteve e está diretamente presente no bojo dessa construção, Karl Marx e Friedrich Engels, criticam indiretamente o sistema de ensino em sua obra, *O Manifesto Comunista* (2005), analisando que a relação entre proletariado e ensino

é regida por aquele que tem controle dos vieses econômico e governamental, sendo a principal arma da alienação burguesa.

Proponho então uma primeira reflexão no contexto social, utilizando como base o pensamento do autor Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A invenção das tradições* (2022), todas as relações oriundas do convívio em sociedade se originam no seio de um determinado grupo social, que através dessa ação apresenta uma proposta objetiva para o que almeja. A propagação do conhecimento, da ciência e da liberdade intelectual esteve cada vez mais distante daqueles que eram oprimidos pelo sistema de produção. Como reflete Edméia Aparecida Ribeiro; Patrícia Martins Castelo Branco; Tatiane Patrícia de Souza (2001, p.89), a consciência ou como traduzida pelos anarquistas a liberdade, só pode ser formada através dos conhecimentos, das experiências.

A modernidade perpetuou e consolidou o controle do sistema educacional por aqueles que regem a sociedade, assim, o Brasil não apresentou diferença dessa proposta, as bases apresentadas anteriormente no progresso secular desde a chegada dos jesuítas com suas *primeiras escolas* até a industrialização e urbanização das cidades brasileiras, não houve por parte governamental a intenção pela unificação e aproximação da educação com relação aos que mais sofriam dentro do respectivo sistema. Constituindo assim, aparatos ideológicos escolares que regeram a sociedade a partir do *chão* da escola.

Pensar em educação dentro do contexto historiográfico brasileiro constituído ao longo dos séculos torna-se uma tarefa árdua para o historiador, suas múltiplas faces em união com a manipulação sobreposta ao seu desenvolvimento constitui um processo com diversas rupturas que desaguam diretamente nas problemáticas que atingem os grupos da microestrutura e suas relações.

O que outrora a autora Silza Maria Pazello Valente (1994, p. 260), descreve como deseducação das massas trabalhadoras, a relação construída pelo estado brasileiro com seus cidadãos não apresentou flerte com a premissa de progresso e abrangência educacional para todos aqueles que estivessem inseridos dentro desta realidade. Deste modo, o papel que a educação tem de libertar e progredir fora anula-

do pelo anseio de construir as gerações futuras longevas do questionamento e pensar.

Darcy Ribeiro (2015, p. 160), promove a reflexão de um Estado em disputa, mas que ao mesmo tempo apresenta a consolidação de uma única classe social no poder e regência, sendo os trabalhadores, a classe social mais baixa, apontada como mera força de trabalho, destinada a empenhar sua força nas engrenagens do sistema produtivo sem quaisquer outros direitos. Abro parênteses para enfadar que a respectiva descrição apresentada pelo autor não fora somente exclusiva dos centros urbanos, assim como, dentro da produção agrícola.

A história das instituições escolares acaba por ocupar papel importante na busca pela compreensão dos dizeres que regeram a constituição de muitos centros urbanos e rurais no território nacional brasileiro. Desde o período imperial não houve dentro dos documentos legislativos designações claras que obrigassem o Estado a ofertar a educação pública aos seus cidadãos.

Por outro lado, dentro da abrangência da cidade de São Paulo, os seus governantes observaram o impulsionamento do crescimento populacional a partir do fim do século XIX, principalmente com a chegada dos imigrantes, como bem apresenta Boris Fausto (2016, p. 36), crescimento de 52% entre os anos de 1872-1886 (de 33.385 para 47.697 mil habitantes), já entre os anos de 1886-1890 apresentou sua evolução em 30% (de 47.697 para 64.934 mil habitantes), sua grande arrancada foi entre os anos de 1890-1900, período em que houve a elevação de 268% (de 64.934 para 239.820 mil habitantes), saindo da quinta posição entre as maiores cidades do Brasil no final do século XIX e iniciando o século subsequente na segunda posição somente atrás da Capital Federal, Rio de Janeiro.

Os dados apresentados acima ultrapassam as questões demográficas e apresentam uma cidade em plena expansão territorial, no qual, os problemas de infraestrutura passam a ser parte da vida dos cidadãos que ali residem, dentre eles as ausências de instituições escolares para os seus filhos. O crescimento populacional e territorial (por consequência) da cidade de São Paulo, não apresentou o mesmo ritmo

em relação aos centros educacionais. A distribuição das respectivas instituições ao longo dos bairros da cidade e seu aglomerado urbano/populacional, torna-se uma pauta importante na discussão do texto, tema esse explorado no decorrer da escrita.

Dentro da conjuntura entrelaçada a problemática apresentada, uma questão muito importante se apresenta, a utilização da mão de obra infantil dentro de diferentes setores das indústrias na cidade, problematizando ainda mais a ida desses alunos para as escolas que já não se encontravam em muitas vezes próximas as residências dos trabalhadores.

Dentre tantos pontos apresentados até o momento, não se pode deixar de problematizar a questão do analfabetismo, dentro do período apresentava números exorbitantes com patamares na casa acima dos 70% em âmbito nacional e 60% na cidade de São Paulo. Um ponto a se refletir e observar, fora a conservação da língua materna dos imigrantes que aqui desembarcaram, muitas famílias *não se abriram* para o aprender do português, dificultando ainda mais a inserção dessas crianças no ciclo social.

Quando entramos na esfera jurídica nos deparamos com diferentes documentos legislativos sendo confeccionados na busca por romperem com as dificuldades apresentadas, porém, o próprio vínculo social/empregatício e a não clareza dos respectivos organizadores do sistema educacional, impediam o progresso do sistema de ensino público brasileiro. Educação pública para todos ou para alguns? Na tentativa de sanar as mazelas que dificultavam a acessibilidade do ensino por aqueles que estavam inseridos no convívio social, ou seja, trabalhando nas fábricas e outros centros que moviam a engrenagem econômica da cidade, na verdade, acabavam por cada vez mais afastá-los.

A presente escrita não busca adentrar no campo da discussão pedagógica e na esfera que abrange a todas as instituições escolares da cidade de São Paulo durante começo do século XX, mas sim, promover a reflexão através do ensino libertário e sua tentativa de ocupar o lugar ausentado pelo Estado na vida acadêmica de cada cidadão paulistano.

Por fim, trago ao leitor a figura de João Penteadado que dentro da historiografia educacional anarquista ocupou lugar de destaque na luta por sanar as mazelas que atordoavam as classes sociais mais baixas, buscando propor um ensino libertário, baseado na ciência e reflexão do mundo, além da compreensão da realidade de seu público, ofertando a instituição educacional dentro da disponibilidade daqueles que necessitavam e buscavam essa presença esclarecedora.

O ensino libertário, não só liberta, traz clareza ao homem, retira-o das garras da exploração e constrói dentro do seu imaginário social seus deveres e direitos, resultando na luta de classes, a luta tão almejada por Marx (1998), somente ocorrerá com esclarecimento da sociedade, dos trabalhadores, o ensino foi e sempre será o único meio para o progresso.

Importante informar o leitor que ao longo dessa produção textual foram respeitados em inúmeros momentos a ortografia referente à época apresentada pelos relatos, dados e informações, em forma de respeito a verdade e tributo ao trabalho dos libertários.

Essa obra não tem por objetivo principal reconstruir a história da educação na cidade de São Paulo ou do movimento anarquista em todas as suas esferas, mas sim, promover reflexões sobre o processo entre a realidade e as ações do movimento pedagógico anarquista para a promoção de mudanças na sociedade em que estavam inseridos. Busco proporcionar ao leitor reflexões, e em sua individualidade cognitiva busque respostas. Além disso, que os pensamentos expostos tragam para o ser a inquietação por respostas dentro de sua realidade.

RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ANARQUISTA DENTRO E FORA DA CIDADE DE SÃO PAULO

O movimento anarquista¹ e suas diretrizes dentro dos aspectos ideológicos ao longo das composições de suas ações sofreram a hostilização da significância singular atribuídas por outros movimentos filosóficos, sobre as pautas que conduzem sua prosperidade social. Buscaram traduzir o anarquismo de modo simplório, em organização do estado sem instituições.

Entretanto, contrariando a definição exposta acima, segundo o Dicionário de Política, define o anarquismo da seguinte forma:

O termo Anarquismo, ao qual freqüentemente é associado o de “anarquia”, tem uma origem precisa do grego anarcia, sem Governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres. Anarquismo significou, portanto, a libertação de todo o poder superior, fosse ele de ordem ideológica (religião, doutrinas, políticas, etc.). Daí provém o rótulo de libertarismo, atribuído ao movimento, e de libertário, empregado para designar o que adere ao libertarismo. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 23.).

Valente (1994, p. 260), descreve as dificuldades encontradas pela cultura anarquista ao desembarcar no Brasil, definindo três pontos que sustentam essa ação contrária: 1- Índole do povo; 2- Deseducação das massas trabalhadoras; 3- Inexistência no Brasil dos conflitos

1. O conceito anarquista explorado e discutido ao longo da escrita se remete ao anarquismo libertário, esse que propõem a sociedade dentro do aspecto educacional o enaltecer da ciência, da reflexão e do conhecimento de mundo, muito através do método experimental, assim, não se posiciona contrário a ausência da educação e seus pilares, mas sim, a liberdade ao aluno de poder conhecer tudo e construir em seu interior o pensamento crítico a respeito.

de classe. Complementa a autora, a introdução ideológica anarquista obteve dificuldades segundo tantos outros intelectuais, devido justamente a ausência de escolaridade de importante parcela dos trabalhadores que não conseguiam perceberem as oportunidades a qual eram proporcionadas para sua ascensão social. Como bem explica Wilhelm Reich (1998, p. 181), os anarquistas vislumbravam a autogestão social, porém não compreendiam a dificuldade depositada no bojo da alma humana da incapacidade para a liberdade.

Dentro da escrita do respectivo capítulo pretendo abordar os aspectos que constituíram a organização anarquista dentro e fora da cidade de São Paulo, buscando o entendimento das diferentes experiências anarquistas que contribuíram para o desenvolvimento e melhora das organizações futuras. Aponto como pilar principal da escrita a questão do ensino e os objetivos que integravam o projeto do movimento ideológico. Desta forma, buscando enriquecer a classe operária na questão cognitiva. A revolução educacional se apresentou como primordial para as lideranças anarquistas que preenchiam as ruas da capital, com a esperança de romper com a individualidade outrora exposto pelo autor citado acima.

Do mesmo modo que se apresenta necessário a compreensão do processo inicial de introdução do anarquismo no Brasil através de ações pontuais no interior do país, assim como, o desenvolvimento na cidade de São Paulo; as dificuldades e conquistas pela população e por aqueles que investiam seu capital privado no progresso econômico que constituam os pilares que sustentariam a cidade. Além do ponto primordial que foi a imigração em massa de diferentes localidades do mundo, mas em específico dentro da temática apresentada, a europeia. Segundo Luigi Biondi (2024), entre os anos de 1890-1930 vieram para o Brasil aproximadamente 3.5 milhões de imigrantes, sendo São Paulo o principal destino.

Valente (1994), reflete que o anarquismo se apresentou enquanto ideologia aos brasileiros, muito antes de todo o processo de imigração em massa que levou por consequência ao desenvolvimento econômico e urbanístico de diferentes cidades no Brasil, entre elas

São Paulo. Ainda no decorrer do período imperial brasileiro houve o adentro de imigrantes e sua fixação em diferentes regiões do país, explorando a ideologia anarquista nas relações sociais, econômicas e governamentais. Muitas dessas fixações receberam a denominação de *Experiências Anarquistas*.

Segundo ainda a autora, diferentes núcleos anarquistas se formaram ao longo do território brasileiro, principalmente nos estados de São Paulo e Paraná, localizados em suma nas regiões interioranas dos respectivos estados, muitos a partir da imigração italiana. Res-salva a autora:

Entre as colônias fundadas sob a inspiração anarquista, [...], Guararema, no Estado de São Paulo, fundada por Artur Campagnoli², em 1888; e Cecília no Estado do Paraná, fundada por Giovanni Rossi, em 1890.” (Valente, 1994, p. 261).

A fixação de colônias anarquistas ainda durante o período imperial no interior do país, foi possível devido a grande necessidade em que havia de colonizar as terras a oeste da faixa litorânea. Dentro do período o Brasil convivia com terras ainda não habitadas, gerando conflitos de interesses que poderiam até mesmo resultar em invasões pelos países vizinhos. Através dos aspectos e necessidades apresentadas, foram possíveis a criação de núcleos anarquistas com a perspectiva de produção e convívio social, buscando o bem-estar social para todos os seus habitantes, mesmo que em proporções mínimas.

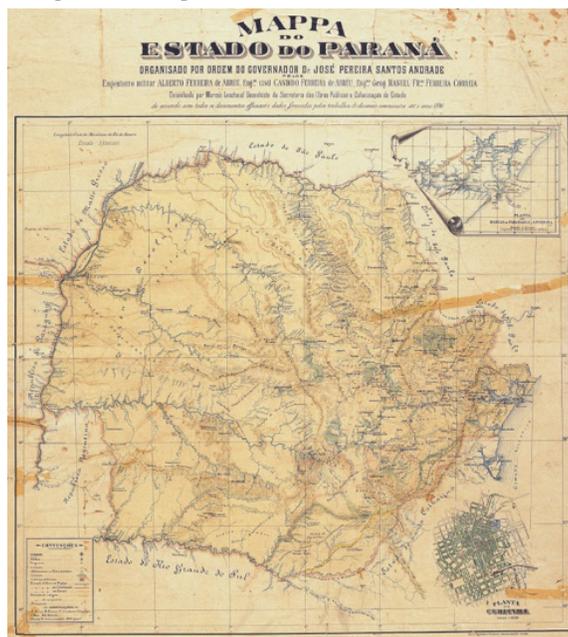
2. Artur Campagnoli foi um anarquista italiano/brasileiro, nasceu na Itália, exerceu a profissão de joalheiro até imigrar para o Brasil no ano de 1888, em solo brasileiro comprou terras consideradas improdutivas no município paulista de Guararema. Dentro de sua fazenda fundou a colônia anarquista de Guararema.

Figura 1 – Mapa do estado de São Paulo, século XIX.



Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html>.
Acesso em: 08 jul. 2024.

Figura 2 – Mapa do estado do Paraná, século XIX.



Fonte: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>.
Acesso em: 08 jul. 2024.

Importante assinalar ao leitor que a presente escrita não tem por finalidade a discussão de aspectos como os formatos e desenvolvimento da colonização, como infraestrutura, saneamento básico, demografia. Mas sim, compreender o processo educacional imposto dentro do desenvolver social, enquanto comunidade, como princípio do ensino anarquista no Brasil e as visões sobre a educação tanto interna como externa.

Utilizo como objeto para justificar minha explanação anterior, a comuna experimental localizada no interior do estado do Paraná, mais especificamente no município de Palmeira (região sul do oeste do estado), fundada pelo anarquista Giovanni Rossi³ e colonizada por anarquistas vindos principalmente da Itália. A Colônia Cecília⁴ se fez presente por quatro anos de 1890-1894, transitando entre progressos, crises e conflitos internos, como bem explica Isabelle Felici, “A miséria se instala, as condições de vida são insuportáveis” (1998, p. 20). Com base na produção agrária e artesanal, tinha por objetivo a conscientização camponesa e reformulações das práticas/interações no campo.

3. Giovanni Rossi, de pseudônimo Cardias, nasceu e faleceu em Pisa – Itália (1856-1943), foi um anarquista italiano, engenheiro agrônomo e médico veterinário de profissão, escritor que por influência dos socialistas libertários experimentalistas franceses (socialistas utópicos no jargão marxista), escreveu uma série de livros sobre a criação de comunidades experimentais. Foi membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) de Pisa, fundou a Colônia Agrícola Experimental Cittadella em Cremona, e ganhou notoriedade ao tentar implementar a colônia experimental Cecília no ano de 1890, em território brasileiro, na cidade de Palmeira, estado do Paraná. Segundo o sítio eletrônico: <https://www.anarquista.net/giovanni-rossi/> - Acesso em 08/07/2024

4. Recomendo a leitura da obra de Arnaldo Monteiro Bach: “Colônia Cecília”, para maior compreensão dos objetivos e desenvolvimento da comuna experimental, assim como, a vida de seus habitantes.

Figura 3 – Colônia Cecília – 1890.



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52973847>. Acesso em: 04 jul. 2024.

Valente (1994), reflete que o ensino proposto dentro das instituições públicas deveria ser ministrado por aqueles que além de ensinar, consigam promover o saber da crítica/questionamento, se libertando das doutrinas institucionais impostas pelo estado. A autora em sua escrita reflete sobre o ensino proposto dentro da Colônia Cecília, principalmente ao coletar o depoimento de Ivone (Artuzi) Agottani Mezadri, neta de Tranquilo Agottani, um dos integrantes da colônia anarquista:

Os participantes do núcleo preocuparam-se tanto com a educação formal quanto com a informal, desenvolvida através das palestras, da convivência diária e dos periódicos recebidos.

Mazadri relata a este respeito

“na família Agottani que veio na segunda leva, veio Zeferino Agottani com 12 anos, André Agottani com 10 anos e Aldino Agottani com 8.

...Zeferino Agottani já havia frequentado alguma escola na Itália (e) tinha capacidade para dar aula para as crianças da Colônia.”

“Eles se preocupavam em educar as crianças. A escola deles era na Casa do Amor. E lá que ele dava aula para as crianças.”

“As aulas eram com começo de ideal anarquista... já ensinando as crianças o anarquismo”

“Eles recebiam muitos jornais da Itália e um de Montevideú.”

“Eles achavam muito importante manter esses jornais onde o povo pudesse ler e se emancipar nessa doutrina... Estavam sempre a par do que acontecia no mundo político.” (Valente, 1992, p. 104).

Rossi uma das principais lideranças da experiência anarquista no sul do Paraná, relata tristeza por não ter conseguido oferecer aos habitantes da comunidade pleno acesso a instrução e outros meios como música e teatro, explica Luiz Fernando Roscoche (2011, p. 34). Porém, me coloco em oposição ao pensamento do anarquista, claro que respeitando o seu ponto de vista, pois a ação dos anarquistas ali presentes em suma estavam muito mais inseridos na vida educacional dos habitantes do que o Estado brasileiro, que em contrapartida não proporcionava direitos básicos de ensino para muitos grupos populacionais de seu território.

O movimento anarquista antemão a prosperidade de sua sociedade, salienta o ensino como a *arma* mais importante para transformar os pilares sociais, buscando principalmente posicionar seus próprios integrantes para a promoção dessa atividade, mesmo que por vezes os respectivos não obtendo o curso preparatório ideal, dentro do que hoje conhecemos por ensino superior, e que algumas décadas atrás estava pautado no magistério.

Vale refletir que para os anarquistas todos aqueles que estavam convivendo dentro do agrupamento social em questão, eram professores, e teriam que estar dispostos a contribuir com a educação dos mais jovens, seja ele o ensino intelectual, físico, profissional, todos os cidadãos têm uma função de extrema importância para o desenvolvimento social e intelectual.

Os integrantes anarquistas compreendiam o ensino muito além do saber, a instituição escolar tinha o papel de educar o ser humano perante o social e intelectual. Acreditavam que todas as ações dentro da comunidade estariam contribuindo para o ensino formal e infor-

mal dos cidadãos, dentro do aspecto explicado anteriormente na formação do ser antes do intelecto. A palavra *amor*⁵ ganhou dentro do movimento novo significado, algo além do sentimento, pois o verdadeiro amor era o ensino, o compartilhar dos conhecimentos particulares sobre a vida e o intelectual.

Uma das características que norteiam essa proposta de ensino, ou melhor dizendo, aquisição do conhecimento, é a disponibilidade de instrumentos para o crescimento e construção da liberdade intelectual. Retomo com ponderação a minha fala sobre a discordância em relação ao pensamento do anarquista Rossi, a questão educacional e suas fragilidades dentro da colônia, pois o processo vivenciado dentro do ciclo social ali presente estava muito além de seu tempo, germinando a semente da transformação educacional no bojo das relações sociais, empesando o sonho por uma sociedade mais justa e igualitária. Esse é o verdadeiro *amor*.

No caso em grande parte das comunidades que seguiam a respectiva proposta anarquista eram expostos jornais, revistas e livros em locais considerados públicos para que todos os integrantes pudessem ler, adquirindo a qualquer momento as informações sobre o mundo. Se manter informado sobre os acontecimentos mundiais era de extrema importância para a construção do ser intelectual, criando em si a consciência e reflexão sobre outros povos e suas ações. Para os anarquistas todos os espaços que compunham a comunidade eram propícios para a execução do conhecimento/ensino, as atividades exercidas no seu interior eram apontadas como conhecimento social que auxiliariam no desenvolvimento daqueles que ali estavam inseridos.

Constituindo no bojo da comunidade a semente do que outrora chamaríamos de consciência de classe frente a exploração sofrida pelos cidadãos seja nos centros urbanos ou no interior do país, inibindo os respectivos de acessarem o processo de escolarização. Os anarquis-

5. A palavra amor na atualidade tem por significado o expressar sentimental em relação a outro ser, ligado mais a questão do sentimento e suas paixões, porém, para os anarquistas o amor estava inserido no saber e sua transmissão, o verdadeiro amor era a compaixão para a construção do intelecto e social do ser. O mais lindo amor estava no transmitir o seu conhecimento para os mais jovens, e assim construir o futuro.

tas trouxeram propostas para além de seu tempo, já que suas diretrizes se afastavam das instituições como o Estado e a igreja. O processo designado se tornou a base para o desenvolvimento do movimento operário em grandes centros como a cidade de São Paulo.

Percebe-se um Brasil sendo constituído ao longo dos séculos XIX-XX principalmente através do advento da imigração, que outra sofreu campanhas contrárias para a vinda desses novos habitantes pelos próprios imigrantes que aqui estavam, como apontado por Luigi Biondi (1998, p. 118). Os novos habitantes trouxeram ao país muito além de mão de obra e pessoas querendo recomeçar suas vidas, novas ideologias adentraram o interior do país como apresentado nos fatos anteriormente, visíveis nos cenários regionais e nacionais, buscando transformar a realidade presenciada por muitos cidadãos, apresentando novas propostas de vida e convívio social.

Como apontado em outro momento a maioria das ideologias desembarcaram no Brasil através dos imigrantes que aqui chegaram aos milhares desde o século XIX, nos portos do Rio de Janeiro-RJ e Santos-SP. Os novos habitantes em suma viviam em seu país natal nas regiões mais afastadas, interioranas, porém não podemos deixar de destacar que houve também aqueles que vieram de centros urbanos. Abro parênteses para breve explicação ao leitor, em muitos casos a cidade de origem registrado na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo⁶ eram centros urbanos já desenvolvidos, devido a muitos imigrantes morarem em seu país de origem em pequenos vilarejos, registrava-se então com a maior cidade mais próxima.

Alguns dados sobre a imigração são apresentados por Hamilton Santos (*apud* Salles, 2005, p. 30-31), “Entre 1871 e 1920, por aqui chegaram 3.390.000 imigrantes. Desse grupo 1.373.000 eram italianos, 901 mil eram portugueses e 500 mil eram espanhóis.” (Santos, 2019, p. 10). O advento da imigração para o Brasil apresentou grande nuance e principalmente complexidade, mas principalmente trouxe ao

6. Instituição governamental localizada no bairro da Mooca na cidade de São Paulo, inaugurada em 1887 mantendo suas atividades até 1978, tinha como função o acolher dos imigrantes, registros e dentre outros.

país novas estruturas e conjunturas sociais que transformaram muitas estruturas que constituíam a base das relações sociais. Principalmente quando refletimos as ações anarquistas.

Vale destacar que no começo do século XX, aproximadamente 90% do operariado paulista que integravam as indústrias da capital eram oriundos de outros países. Como explica ainda Santos:

Assim como no sul do continente europeu, o anarquismo encontrou terreno fértil entre os trabalhadores do Brasil e dos países sul americanos. Inicialmente, no Brasil, o anarquismo ganhou muito mais adeptos do que o socialismo. Nas primeiras fábricas brasileiras, principalmente as de tecidos no Rio de Janeiro e em São Paulo, os trabalhadores, entre eles muitas mulheres, imigrantes e crianças, trabalhavam por horas intermináveis, sendo ameaçados por seus patrões, surrados e sem qualquer legislação trabalhista. O anarquismo oferecia aos trabalhadores brasileiros justiça social, o fim da exploração, da miséria, da fome, uma vida com dignidade conforme as necessidades de cada um, liberdade e autonomia individual, combate ao governo, a Igreja, à propriedade privada e aos partidos políticos. (Santos, 2019, p. 20).

Os primeiros registros do movimento anarquista e seus integrantes dentro do estado de São Paulo data do ano de 1893, através de reportagens publicadas com a titulação de, *Imigrantes Anarquistas* (*Correio Paulistano*, São Paulo, ano 40, n. 11.032, 30 jul. 1893, p. 1), pelo periódico republicano *Correio Paulistano*⁷, coincidentemente dentro do respectivo ano houve o primeiro registro policial sobre os anarquistas. Não posso deixar de refletir que se torna errôneo apresentar o movimento libertário somente a partir da data referenciada, como já citado anteriormente a presença anarquista em solo brasileiro. Entretanto, a respectiva data nos apresenta o momento em que veículos de comunicação e as autoridades passaram a investigar os militantes. Como exposto por Claudia Feierabend Baeta Leal:

7. O jornal *Correio Paulistano* círculos na cidade de São Paulo entre os anos de 1854 até 1963, sendo o primeiro periódico da cidade (com tiragem todos os dias), teve como seu fundador Joaquim Roberto de Azevedo Marques. O periódico ainda criou alianças dentro do Partido Republicano Paulista (PRP).

Em 20 de janeiro de 1893, o vapor italiano Solferino partiu de Gênova com destino ao porto de Santos levando 924 imigrantes à custa da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Segundo a lista assinada pelo Cônsul Geral do Brasil em Gênova, João Antonio Rodrigues Martins, os passageiros dividiam-se entre uma maioria italiana e um número bem menor de alemães; declaravam serem todos agricultores e terem o catolicismo como religião. Com a morte de alguns passageiros, vítimas das condições insalubres da viagem, de fome ou de alguma doença fatal, e a rejeição de outros, que seguiram para o Rio de Janeiro, deram entrada na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo entre os dias 16 e 18 de fevereiro daquele ano 1872 imigrantes.

No entanto, dessas centenas de passageiros, alguns indivíduos, com suas respectivas famílias, foram presos e deportados por causa de uma denúncia vinda de Gênova que os apontava como “anarquistas perigosos”. (Leal, 2009, p. 72).

Muitos imigrantes italianos que aqui chegaram foram investigados, alguns deportados, porém, essa preocupação dos agentes governamentais no movimento de impedir a entrada desses novos habitantes demonstra que a semente da reflexão e do ser crítico havia germinado, e o movimento anarquista antes uma experiência começava seus primeiros passos na busca por mudanças sociais que trouxessem ao povo (aos trabalhadores) o direito básico a vida, ao conhecimento.

Figura 4 – Capa do *Correio Paulistano* – 30 de julho de 1893.



Fonte: *Correio Paulistano*, São Paulo, ano 40, n. 11.032, 30 jul. 1893, p. 1. (Arquivo Pessoal)

Figura 5 – Lista de bordo do navio *Solferino*, com apresentação de algumas famílias italianas rejeitadas no desembarque em Santos-SP.

Vapore SOLFERINO		Partenza Solferino		Destinazione SANTOS	
NOME	CONDIZIONE E SESSO	PAESE	ETÀ	CONDIZIONE	REMARKS
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Acesso em: 09 jul. 2024.

Nos primeiros anos da República do Brasil, houve instauração de um estado de alerta para o adentro de imigrantes que traziam consigo em suas *bagagens* movimentos que buscavam revolucionar a sociedade através do empoderamento da classe trabalhadora. Buscava-se manter os pilares conservatórios constituídos e inseridos na sociedade organizada e governada pela oligarquia. Deste modo, inúmeros imigrantes que chegaram aos portos do Brasil, foram rejeitados por serem identificados como adeptos das ideologias anarquista, socialista, apontados como contribuintes para a desordem e o caos. Nestes casos o imigrante era obrigado a retornar ao seu país de origem.

Importante assinalar ao leitor que os movimentos citados no começo desse capítulo, como a fundação e organização de colônias anarquistas, ecoavam dentro dos respectivos governos estaduais e federal. Desta forma, a preocupação pela insurreição de novos povoados com princípios revolucionários preocupavam as esferas governamentais, que poderiam acabar observando um grande desencadeamento de fatos de uma possível revolução social/governamental. Como introduzido por Monica Duarte Dantas (2011/2012, p. 26), pensar em luta operária e revolução social dentro de uma sociedade com alto índice de analfabetismo, desigualdade social e política, entranhadamente escravista, não se apresenta no patamar da impossibilidade, mas sim, as dificuldades tornam-se ainda mais árduas e o processo de conscientização e união é unanimidade, para podermos então pensar em mudanças.

1.1 A Cidade-Metrópole e seus dizeres ao movimento anarquista

Partindo para a capital do estado de São Paulo⁸, reflete Florestan Fernandes (2008), a Cidade-Metrópole que se desenvolveu sob o aspecto da desigualdade, a terra vendida através dos sonhos de enriquecimento, a liberdade concedida pelo estado aos industriais para a exploração da mão de obra, os povos que se deslocavam dentro e fora do país para suas ruas. A cidade que a cada ano que se passava retratava novos números de habitantes em constante crescimento, e o centro urbano que não soube lidar com harmonia as diferenças apresentadas.

Embora a industrialização brasileira promovesse grande suporte para que a ideologia revolucionária pudesse adentrar nos principais centros urbanos e dialogar com a classe operária, muito pela desigualdade social promovida, se apresentava também como principal empecilho para o diálogo e crescimento do movimento revolucionário. O autor apresenta definição sobre a cidade de São Paulo, e que podemos compreender através das imagens apresentadas posteriormente:

Mais que qualquer outra cidade brasileira, São Paulo é filha da grande revolução social, que se operou no Brasil com a Abolição e a desagregação do regime servil. Provinciana e pacata, até os fins do século passado, ela foi, de fato, a primeira cidade autenticamente “burguesa” do Brasil. Muitos dos seus antigos senhores rurais fizeram fortuna em carreiras mercantis. A luta contra a escravidão e as campanhas republicanas contaram, aqui, com o entusiasmo típico do “homem da cidade” – do operário, do cocheiro, do artesão, do caixeiro, do lojista, do burocrata, do profissional liberal ou do capitalista. Ela também foi uma das cidades em que o estrangeiro conseguiu mais depressa afirmar-se econômica e socialmente. Em conjunto, portanto, São Paulo é a cidade brasileira na qual o desenvolvimento da ordem social de classes abertas tem sido mais intenso, rápido e orgânico no Brasil. (Fernandes, 2008, p. 277).

8. O município foi fundado em 1554 após a construção de um colégio jesuíta realizada por doze padres, dentre eles os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta. Neste mesmo dia é celebrado pela igreja católica o dia da conversão do apóstolo Paulo, o que deu origem ao nome da cidade. Segundo o sítio eletrônico: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=406515>. Acesso em: 09 jul. 2024.

Figura 6 – Bairro da Luz – 1928.



Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/o-bairro-da-luz-em-tres-epocas/>.
Acesso em: 04 jul. 2024.

Figura 7 – Santa Ifigênia – 1912.



Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/santa-ifigenia-1912-e-2010/>.
Acesso em: 04 jul. 2024.

A desigualdade acentuada impulsionada pelos industriais da capital se apresentava muito além das relações constituídas dentro dos meios fabris. Necessidade de recursos para subsidiar o que chamo de sobrevivência na capital, a falta de estruturas básicas fornecidas pelo estado, além de residirem em localidades por vezes afastadas de seus

respectivos trabalhos geravam profundos dilemas na classe operária que eram utilizados então por aqueles que detinham os meios de produção e governamental para o fortalecimento da alienação imposta. Afinal, para muitos dos operários/trabalhadores o desejo entreposto em sua consciência de classe não era de liberdade intelectual, mas sim, de se tornar um dia o detentor das rédeas que exploram seus irmãos de classe.

Para muitos daqueles que constituíam os meios de produção, o destino não tinha como ser alterado, *as classes nasciam consigo no parto de sua mãe*, e alterar o fardo que foi depositado em seus ombros não incumbiam a si. Pois, aos trabalhadores eram atribuídas as heranças de pais não letrados, filhos não letrados e que o trabalho era a única forma de sobreviver, e um sonho/uma esperança longeva de mudanças sociais. Aos mais ricos tinham a missão de governar a sociedade por terem estudos, e aos mais pobres tinham a função de produzir para a sociedade, já que não eram afortunados pela cultura letrada.

Boris Fausto, explica sobre o desenvolvimento da cidade ainda no século XIX, “O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíam as novas indústrias e muitos imigrantes recém-chegados para o Brás, o Bom Retiro, a Mooca.” (Fausto, 2016, p. 37). Deste modo, a cidade passou a ser ocupada a partir das ferrovias que auxiliavam no progresso das indústrias, assim como, na locomoção de seus habitantes, posteriormente se direcionando aos terrenos mais elevados e saudáveis como Higienópolis, até haver abertura da Avenida Paulista importante representatividade do desenvolvimento e progresso da cidade e seu capital.

O grande progresso da cidade de São Paulo começou a partir de 1905 com abertura de novas indústrias e o crescimento das que aqui estavam. Além disso, a cidade contou com mão de obra em abundância, muito em decorrência do processo de abolição (séc. XX) e chegada em massa dos imigrantes, esse último que a partir da segunda metade do século XX chegam ao Porto de Santos em números crescentes. Deste modo, os bairros que ali estavam receberam forte expansão e alguns pontuais desenvolvimentos, principalmente os

bairros fabris-operários, percebesse uma São Paulo se constituindo e desenvolvendo a partir das necessidades e exigências que o quadro fabril exigia de sua infraestrutura, aponta Pasquale Petrone (1955).

A questão sobre os lucros oriundos da exportação do café paulista e sua contribuição para o desenvolvimento e expansão da cidade de São Paulo, vejo como uma problemática já respondida, ou, respondida por si só. Nítido que a venda do grão que outrora fora denominado como, *ouro preto*⁹, trouxe a capital do estado amplo investimento em novos meios para que tanto facilitasse o beneficiamento do grão, assim como, novos setores industriais foram acoplados ao capital em expansão dos ditos, Barões de Café. Como podemos observar os dados apresentados por Albene Miriam F. Menezes (2024):

Tabela 1. Balança Comercial do Brasil – Exportação (1905-1910).

Balança Comercial do Brasil – Exportação (1905-1910)	
1905	685.457
1906	795.670
1907	860.891
1908	705.791
1909	1.016.590
1910	939.413
Total (Década de 1910)	8.123.578
Média por ano (Década de 1910)	812.352
<ul style="list-style-type: none"> • Todos os valores estão apresentados na unidade monetária da época = Conto de Réis • Representatividade e Divisão da Exportação: Café 51,5%; Borracha 27,9%; Peles e Couros 4,4%; Algodão 2,1%; Açúcar 1,2%. 	

Fonte: MENEZES, Albene Miriam F. et al. 20 Anos da SECEX e 200 Anos de Comércio Exterior. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior-MDIC, 2010.

9. Entretanto, não posso apontar sendo o café o único regente desse processo de industrialização da cidade de São Paulo, outros importantes fatores contribuíram para o desenvolvimento fabril, como o investimento externo/interno e a chegada dos imigrantes, esse último que ao mesmo tempo que proporcionou abundância de mão de obra, houve grandes entusiastas que dedicaram a desenvolver o comércio, na época chamados de Mascates.

Torna-se indiscutível a forte presença dos lucros da exportação do café para o desenvolvimento e expansão da cidade de São Paulo, principalmente através dos dados apresentados acima. Dentro do período de 1905, o estado apresentou uma exportação superior as 7 milhões de sacas do grão somente no Porto de Santos, se comparado ao segundo maior porto do Brasil, no Rio de Janeiro houve uma exportação pouco mais de 2 milhões de sacas. Vale destacar que o estado tinha uma produção estimada dentro do período em destaque de aproximadamente 8.9 milhões de sacas de café, com um saldo comercial de exportação de 14.813 mil libras-ouro segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O grão por longas décadas sustentou a economia do estado e do país, formando assim, imponente oligarquia em seu seio.

Através dos pontos apresentados, os lucros oriundos do café e o processo industrial desencadeado pelo respectivo, proporcionaram pilares necessários para o desenvolvimento de um centro urbano industrial: Capital; Indústria; Infraestrutura; Mão de Obra. Como destaca Petrone:

Nota-se que São Paulo expandiu-se em tôdas as direções, mas que foi para Oeste, para Leste e para o Sul que tal expansão verificou-se com maior intensidade. Ora, exatamente em tais direções localizam-se as mais importantes e características áreas industriais da capital paulista. (Petrone, 1955, p. 129).

Tabela 2. Crescimento das fábricas na cidade de São Paulo.

Cidade – Ano	Fábricas
Antes de 1880	16
SP – 1880-1889	16
SP – 1890-1894	21
SP – 1895-1901	39

Fonte: BANDEIRA, Antonio Francisco Junior. A indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo: Tip. do “Diário Oficial”, 1901. p. 127.

Importante esclarecer neste ponto, que não somente os brasileiros eram donos das indústrias que moviam a economia da cidade de São Paulo. Segundo explica Alex Buzeli Bonomo (2007), houve casos de estrangeiros que desenvolveram atividades comerciais, posteriormente investindo seu capital privado nos setores industriais, como em alguns casos já promoviam a atividade comercial em seus respectivos países de origem, destaque principalmente aqui os italianos. Exemplifico através de dois casos específicos, Francisco Matarazzo¹⁰ e Giuseppe Martinelli¹¹, responsáveis por investir o capital privado no desenvolvimento industrial de São Paulo e explorar a classe trabalhadora, assim como, seus *irmãos de pátria*.

O cenário encontrado pelo movimento anarquista era de uma cidade em grande progresso principalmente pelas indústrias que se multiplicavam em solo paulista, as enormes chaminés símbolos do progresso *rasgavam os céus* da capital trazendo grandes riquezas e desenvolvimento para o meio urbanístico, que caracterizaram o que outrora fora designado, o breve século XX, por Eric Hobsbawm (1995). Mas que por outro lado, apresentava um ambiente social totalmente desigual, com grandes distanciamentos entre as classes sociais e o operariado sofrendo enorme exploração, excluído do progresso apresentado e enaltecido, o que gerou amplo campo para a introdução e prosperidade das ideologias libertadoras, como bem explica Claudio Batalha (2000).

Segundo Carlos Humberto Corrêa (*apud* Pinheiro, 1977, p. 135-178), “Dos 24.433 operários empregados na indústria da cidade de

10. Francisco Matarazzo nasceu na Itália no ano de 1854, vindo a falecer no ano de 1937 já no Brasil, migrou para as terras brasileira no ano de 1881, mais precisamente para a cidade de Sorocaba, importante centro comercial bovino da época. Considerado um dos pioneiros no setor industrial do Brasil, Matarazzo consolidou um império através das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo na cidade de São Paulo. Segundo o sítio eletrônico: <https://pioneiros.fea.usp.br/francisco-matarazzo/>. Acesso em 03 jul. 2024.

11. Giuseppe Martinelli nasceu na Itália no ano de 1870, vindo a falecer no ano de 1946 já no Brasil, migrou para as terras brasileira no ano de 1892, foi um grande empresário do ramo de navegação, alcançando seu auge na cidade de São Paulo, com diversos meios comerciais e, principalmente, com seu imponente Edifício Martinelli. Segundo o sítio eletrônico: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=4230.%C2%A0>. Acesso em 03 jul. 2024.

São Paulo, 20.180 são estrangeiros, isto é, 82,5%, aumentando, em 1900, para 92%, sendo que, destes, 81% eram italianos.” (Corrêa, 1980, p. 24). Percebesse através dos números apresentados grande crescimento no contingente operário, proporcionando abundância na mão de obra para o abastecimento das indústrias, transformando a realidade social da cidade, principalmente através da necessidade da presença do estado em mais espaços devido ao crescimento da classe mais pobre, e o aumento de imigrantes operários que promoveriam as fundações organizacionais para o desenvolver dos futuros movimentos revolucionários sociais.

O crescimento no número de trabalhadores imigrantes também representava o aumento dos questionamentos e organizações contra as mazelas proporcionadas pelo estado. Além disso as condições proporcionadas aos trabalhadores das indústrias em São Paulo eram péssimas. Como relata Amir El Hakim de Paula:

Nessas fábricas, se não bastassem as longas horas de trabalho (11 a 13 horas diárias), as multas, os castigos regulares por qualquer ato considerado indisciplinar demonstram que o ambiente fabril, para se dizer o mínimo, estava longe de ser o ideal.

O ritmo do trabalho era determinado pela máquina e qualquer erro podia custar ferimentos irreversíveis (como perda de dedos, membros do corpo) e não muito raro, a morte do operário. (Paula, 2005, p. 74).

Muitos estabelecimentos industriais da cidade chegavam até mesmo explorar a mão de obra operária por 16 horas/dia, isso simboliza que 2/3 das 24 horas que compõe o dia eram vivenciados dentro das linhas de produção pelo trabalhador. Exemplifico que se o trabalhador entrasse 6:00 horas da manhã nas fábricas, ele deixaria seu posto por volta das 22:00 horas da noite. Praticamente impossibilitando o ato de frequentar qualquer instituição de ensino para que pudesse buscar novos horizontes (novos empregos) com melhor qualificação, e por consequência, melhores soldos.

Dentro do setor educacional a cidade convivia com grande ambiguidade, já que os investimentos proporcionados juntamente com a união em suma não conseguiam alcançar os mais vulneráveis, não por falta de recursos. Como bem explica Livia Diana Rocha Magalhães (2003), o estado de São Paulo diferente da grande maioria dos estados que compunham o território nacional, tinha situação favorável economicamente, havendo diferentes investimentos na expansão no setor educacional.

Haja a observação e apontamento do descaso por parte daqueles que governavam, perante a situação social vivenciada pela classe operária. Mesmo com grande avanço nos números que simbolizavam o crescimento das matrículas de alunos nos anos iniciais escolar e dos estabelecimentos educacionais, como apresenta Heloísa de Faria Cruz através dos dados fornecidos nas páginas do, *O Estímulo*, “O número de alunos passa de 43 mil em 1898 para mais de 150 mil em 1912.” (Cruz, 2013, p. 48). Entretanto, havia grande defasagem entre os dados apresentados pelo veículo de informações e a realidade da sociedade paulistana, que nesse período era composta em grande parte por trabalhadores/operários e que não se faziam em sua grande maioria presente dentro dos respectivos dados.

Vejam os através da Lei n. 88 de 8 de setembro de 1892, que estabeleciam as diretrizes educacionais para os municípios que compunham o estado de São Paulo:

Artigo 1.º - O ensino publico no Estado de S. Paulo será dividido em: ensino primario, ensino secundario e ensino superior.

§ 1.º - O ensino primario comprehenderá dous cursos: um preliminar, outro complementar.

§ 2.º - O ensino preliminar é obrigatorio para ambos os sexos até a idade de 12 annos e começará aos 7.

§ 3.º - O ensino complementar destina-se aos alumnos que se mostrarem habilitados nas materias do ensino preliminar.

Artigo 2.º - Em toda a localidade do Estado onde houver de 20 a 40, alumnos matriculaveis haverá uma escola preliminar.

§ unico. - Si o numero de alumnos fôr inferior a 80, haverá duas escolas, e, si fôr superior, serão creadas tantas escolas, quantas sejam necessarias na proporção de 40 alumnos para cada escola.

Artigo 3.º - Nos logares em que o numero de alumnos ou alumnas matriculaveis fôr inferior a 20, será creada uma escola mixta.

Artigo 8.º - Em todo lugar em que houver frequencia provavel de 30 adultos para uma escola nocturna, será creado um curso gratuito, em que se ensinarão as mesmas materias do curso preliminar, excepto trabalhos manuaes e gymnastica. (São Paulo, 1892).

A autora ainda explica, “Através da significativa expansão dos estabelecimentos de ensino particular, religiosos e leigos e de instrução pública, cresce o processo de letramento da população, ampliando a rede potencial de leitores.” (Cruz, 2013, p. 48). Torna-se perceptível o que denomino de avanço educacional para alguns paulistanos, principalmente quando a autora ainda reflete o desejo da classe alta da sociedade de não enviar mais seus filhos para outras localidades dentro e fora do Brasil para receberem o ensino desejado. Entretanto, necessário refletirmos que o progresso apresentado não abrange a sociedade por inteiro, o *progreso republicano*, como fora rotulado pelos governantes, beneficiou somente aqueles que estavam conduzindo as rédeas desse dito progresso, aqueles que estavam inseridos nas estranhas das engrenagens responsáveis pela ascensão continuaram invisíveis para o respectivo.

Importante o entendimento de que houve sim investimento por parte do estado na constituição de uma grande rede de ensino no interior da cidade para proporcionar escolarização a sua população. Entretanto, necessário também a compreensão do mapeamento, ou seja, as localidades dessas instituições de ensino que por vezes não se apresentavam próximas aos bairros operários, assim como, a realidade vivida por seus habitantes, que dentre as classes sociais se divergem de grande modo. Já que uma criança filho de operários no auge de seus 10 anos já trabalhava cerca de 6-10 horas por dia.

“Na cidade de São Paulo em 1919, as fábricas têxteis chegaram a compor seu quadro de funcionário com 40% de mão de obra infantil.” (Pessoa, 2010, p. 144). Além do trabalho infantil nas indústrias como exposto por Alba Barbosa Pessoa, o trabalho doméstico também se apresentava como um dos principais empregadores dessa mão de obra. Muitos estabelecimentos comerciais, industriais e domésticos preferiam a mão de obra infantil por conta dos seus baixos salários, por outro lado, as famílias operárias contribuíam para o emprego de seus filhos devido a necessidade de renda. O trabalho infantil era uma grande dificuldade enfrentada pelo estado, e problemática explorada pelo movimento anarquista para o crescimento de sua luta social.

Reflete os textos publicados pelo jornal *A Plebe*,¹² um dos principais veículos de informações ligado ao movimento anarquista da capital – *PELA INFANCIA PROLETARIA: Arranquemol-a das garras do capitalismo* (1919); *A exploração da infância proletária: Hoje, como ontem, urge dar-lhe combate decidido* (1919).¹³ O estado tem sua culpa juntamente com a burguesia pela exploração dessas crianças, contribuindo para a impossibilidade do progresso social. Mas acima de tudo, a família proletária que não se posicionava frente a tamanho abuso e compartilhavam dos desejos daqueles que os exploravam, explica o jornal:

Entre as vítimas inocentes atirados na flôr da idade para as garras aduncas da exploração capitalista avultam, indiscutivelmente, as inúmeras legiões de infelizes crianças condenadas desde o berço a arrastarem pelo mundo as grilhetas de réprobo sociaes. (*A Plebe*, São Paulo, ano. 2, n. 6, 29 mar. 1919, p. 3).

12. O jornal *A Plebe* circulou nas ruas da cidade de São Paulo entre os anos de 1917-1951, passando por momentos de empastelamentos proporcionados pelas ações governamentais. O periódico teve como um de seus editores o anarquista Edgard Leuenroth, possibilitando e proporcionando mudanças para a classe operária através das denúncias e lutas por direitos. *A Plebe* fora um dos principais porta-voz da classe, e se consolidou no bojo das discussões sociais.

13. Recomendo ao leitor que deseja obter mais informações sobre o movimento anarquista na cidade de São Paulo e o papel do *A Plebe* nessa luta e consciência, a leitura da minha Dissertação defendida no ano de 2023 pela Universidade Estadual de Londrina: BARRIENTOS, Matheus Ferreira. O jornal *A Plebe* e a luta pela construção de uma consciência anarquista de classe (1917-1924). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023

A exploração de menores nas fabricas é tanto mais ignominiosa e revoltante quanto é certo refletir ella uma das maiores iniquidades praticadas pela cupidez capitalista.

Não basta obrigar-se a trabalhar de sol a sol toda essa legião de filhos da miseria, cuja idade orça entre os 9 e os 14 annos; não basta dar-se-lhes uma remuneração irrisoria e mesquinha, que nem chega para o pão com que se alimentam; não basta exgottarem seu vigor physico no lapso de tempo em que deviam irequentar a escola; não basta todo o desconforto e provação a que os sujeitam o rigor ferreo e a disciplina violenta das bastilhas aboriosas.

Portanto, ó pais, ó mães, ó todos os vós que soffreis o peso oruto do jugo capitalista, reivindicae a liberdade de vossos filhos, de vossos entes queridos, em idade impropria para o trabalho e ide depois occupar tambem o vosso lugar a mesa do brodio social. (*A Plebe*, São Paulo, ano. 2, n. 7, 05 abr. 1919, p. 3).

O estado oferecia educação para as classes mais pobres (operários), por consequência também para os imigrantes que aqui se multiplicavam, porém não em plena igualdade perante outros grupos sociais, ficando nas mãos de *organizações particulares* muitas vezes vinculadas as *colônias* nos bairros da capital ou por movimentos ideológicos/sociais que buscavam promover o ensino, alfabetização, para aqueles que não eram lembrados pelas instituições governamentais. Importante expor que havia centros escolares para as classes mais baixas, claro que em número reduzido. Justamente os movimentos educacionais buscavam preencher os espaços vazios promovidos pelo estado, como a ausência de centros educacionais nos bairros mais afastados, além da promoção da educação para adultos com a proposta de ensino primário e técnico.

Percebesse através da Lei n. 1.223 de 16 de dezembro de 1910 do Estado de São Paulo, a intenção por parte dos órgãos legislativos da criação na capital de centro educacionais específicos para adultos, mas que na prática, no dia a dia, o existir não se fez acompanhar do ambiente favorável para o frequentar:

Artigo 1.º - Ficam creadas no municipio da Capital mais dez escolas masculinas, nocturnas, para adultos.

Artigo 2.º - Essas escolas serão localizadas de preferencia nos bairros operarios, com horarios adequados aos fins que visam. (São Paulo, 1910).

Tabela 3. Crescimento da população e as taxas de alfabetização e analfabetismo no estado de São Paulo.

Estado – Ano	População Total	Alfabetizados	Analfabetos
SP – 1890	1.384.753	195.665	1.189.088
SP – 1900	2.282.279	564.392	1.717.887
SP – 1920	4.592.188	1.369.579	3.222.609

Fonte: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

A tabela acima foi elaborada com o intuito de apresentar ao leitor que as dificuldades enfrentadas pela cidade de São Paulo não tornava-a única, na grande verdade, a defasagem educacional, assim como, o não investimento no progresso do ensino público, afetava as diferentes regiões do estado e suas respectivas sociedades.

Importante destacar neste ponto que a realidade social paulistana em relação ao processo educacional não se apresentava como único/exclusivo da capital do estado de São Paulo, assim como, era uma realidade muito presente no Brasil por inteiro. Um país que convivía com o analfabetismo escancarado e que não buscava mudanças drásticas para solucionar a questão educacional negativa. Os números apresentados a seguir demonstram duas realidades distintas quando comparamos, por exemplo, a realidade brasileira e argentina dentro da questão educacional. Enquanto em solo brasileiro segundo o Censo Demográfico/Educacional de 1920, 71,2% das pessoas entre 5 anos ou mais não sabiam ler e escrever, já no caso argentino na primeira metade da década de 1910 os números se aproximavam de 35%, segundo Ricardo Falcón (2000).

Fazendo breve adendo ao leitor, enquanto o movimento anarquista brasileiro e sua rede de ensino buscavam lutar contra os núme-

ros do analfabetismo e as mazelas proporcionadas pelo respectivo, os anarquistas argentinos ofereciam ao seu público curso de história básica, na busca por potencializar e progredir na conexão do passado com presente, resultando na consciência de classe. O jornal *La Protesta*,¹⁴ estampava em suas páginas o anúncio, CURSO DE PREHISTORIA (1917).

O Brasil, assim como, a própria cidade de São Paulo somente conseguirá reverter a situação educacional apresentada aproximadamente 2 décadas posteriormente. Passando a apresentar pequenos recuos dentro da taxa do analfabetismo. Como podemos compreender melhor através dos dados apresentados na tabela abaixo:

Tabela 4. Taxa de analfabetismo por amostra populacional.

ANO	População de 15 anos ou mais		
	Total (milhões)	Analfabetos	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3%
1920	17.564	11.409	65%
1940	23.648	13.269	53,1%

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Censo Demográfico.

Utilizando como base a Constituição do Brasil de 1824, outorgada pelo então Imperador D. Pedro I, através dos Art. 1-6-11, há melhor compreensão das intenções do estado em relação a educação nacional:

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias;

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil;

14. O jornal *La Protesta* circulou em Buenos Aires entre os anos de 1897-2015, confeccionado por obreros ligados ao movimento anarquista buscavam a revolução social através da consciência da classe e sua ascensão dentro das conjunturas que regiam a hierarquização social.

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento. (Brasil, 1827).

Percebe-se clara disposição do Estado brasileiro dentro dos meios constitucionais em promover o ensino para seus cidadãos, constituído através do ensino básico de leitura, escrita e operações básicas, além do ensino religioso do catolicismo dentro das instituições de ensino pública. Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira e Carlos Henrique de Carvalho (2014, p. 31), explicam que dentro do período 1890-1930, a legislação brasileira buscou por introduzir a necessidade da escolarização do povo brasileiro como forma de desenvolvimento, porém, ao mesmo tempo os autores alertam sobre a distinção dentro do projeto na implementação em cada estado da federação, e por conseqüências suas respectivas capitais. Deste modo, compreendessemos que há dois mundos distantes, o primeiro do projeto e o segundo da realidade, e ambos não se conversam.

Fazendo breve adendo ao leitor, dentro do ano de 1911 fora expresso pelo governo brasileiro um dos principais avanços para o processo de organização, como assim caracterizo, das instituições públicas controladas pela União, apontando seus deveres, obrigações e direitos, mas principalmente o próprio desenvolvimento educacional no interior das instituições. Assim como podemos ver na Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República de 05 de abril de 1911:

Art. 1º A instrução superior e fundamental, difundidas pelos institutos creados pela união, não gosarão de privilegio de qualquer especie.

Art. 2º Os institutos, até agora subordinados ao Ministerio do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autonomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo.

Art. 3º Aos institutos federaes de ensino superior e fundamental é attribuida, como ás corporações de mão morta, personalidade juridica, para receberem doações, legados o outros bens e administrarem seus

patrimônios, não podendo, contudo, sem autorização do Governo, alienar-os. (Brasil, 1911).

Outro ponto que chama a atenção é a explícita distinção de ensino, entre mulheres e homens, não havendo uma lei geral que obrigava todos os municípios do Brasil a oferecerem ensino para as mulheres, mas sim, cabendo aos homens que governavam decidirem a oferta ou não do ensino as mulheres.

A presente distinção torna-se perceptível também nas leis que passaram a reger o sistema educacional da Província de São Paulo em 1846. A Lei n. 34 de 16 de março de 1846, trouxe consigo:

Art. 1.º - A instrução primaria comprehende a leitura, escripta, theoria e practica da arithmetica até proporções inclusivè, as noções mais geraes de geometria practica, grammatica da lingua nacional, e principios da moral christã, e da doutrina da religião do estado.

Art. 2.º - A instrução primaria para o sexo feminino constará das mesmas materias do artigo antecedente, com exclusão da geometria; e limitada a arithmetica á theoria e practica das quatro operações; e tambem das prendas que servem á economia domestica.

Art. 31. - O governo estabelecerá na capital da provincia uma escola normal de instrução primaria, em que se ensinarão as seguintes materias em um curso de dous annos: - logica, grammatica geral e da lingua nacional, theoria e practica arithmetica até proporções inclusivè, noções geraes de geometria practica, e suas applicações usuaes; calligraphia, principios e doutrina da religião do estado; os diversos methodos e processo de ensino, sua applicação e vantagens comparativas. (São Paulo, 1846).

Ruy Barbosa importante político e economista do Brasil, no começo dos anos de 1880 ocupava o cargo de deputado da Assembleia da Corte no qual buscou promover diferentes mudanças no sistema educacional do Brasil. Com o intuito de subsidiar o grande projeto reformista, foi proposto a criação de *quatro loterias*.¹⁵ Desta

15. Outra atitude parecida de subsídio foi proposta para a construção do Monumento do Ipiranga na cidade de São Paulo.

forma, o governo contaria com a contribuição da população para a reforma no ensino.

Além dos ajustes para o sustento do projeto de reforma, o então deputado brasileiro propôs algumas mudanças ao ensino primário, como liberdade de ensino, educação primária, magistério de forma pública e a laicidade do ensino. Pontos, que proporcionaram ao ensino brasileiro grandes mudanças desde os primeiros passos no ensino básico até o superior. Ruy Barbosa, pode organizar de forma efetiva a escola pública do Brasil e suas diretrizes, porém, não pode impedir a influência das oligarquias locais.

Com a Proclamação da República do Brasil (1889), Ruy Barbosa deu continuidade e fortaleceu o seu projeto de ensino público e efetivo. Uma nova constituição foi promulgada dois anos mais tarde, segundo a Constituição do Brasil de 1891 através do Art. 72, “§ 6º, Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (Brasil, 1891). Um ano antes a província de São Paulo já promulgava sua própria Constituição com princípios republicanos e que serviu como base para a constituição federal. Dentro da proposta educacional propunha segundo a Constituição da Província de São Paulo, promulgada em 1890,¹⁶ através do Art. 65, “§6.º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, em todos os graus, e gratuito no primário.” (São Paulo, 1890).

Primitivo Moacyr, descreve da seguinte forma a organização das escolas no estado de São Paulo no final do século XIX:

Da organização escolar – Em toda a localidade onde houver de 20 a 40 alunos matriculáveis, haverá uma escola preliminar. Si o numero de alunos fôr inferior a 80 haverá duas escolas e si fôr superior, serão creadas tantas escolas quantas sejam necessarias na proporção de 40 alunos para cada escola. Nos lugares em que o numero de alunos ou

16. Percebe-se que o ano de promulgação das Constituições do estado de São Paulo e do Brasil divergem, exatamente a do estado foi promulgada em 15 de dezembro de 1890, e, a federal em 24 de fevereiro de 1891. Deste modo, com a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, todas as cartas constituintes estaduais dentro do território brasileiro tiveram que se adequar aos seus dizeres, revogando leis, ou, alterando seus dizeres, assim, São Paulo, promulgou nova constituição em 14 de julho de 1891 se adequando a Carta Magna federal.

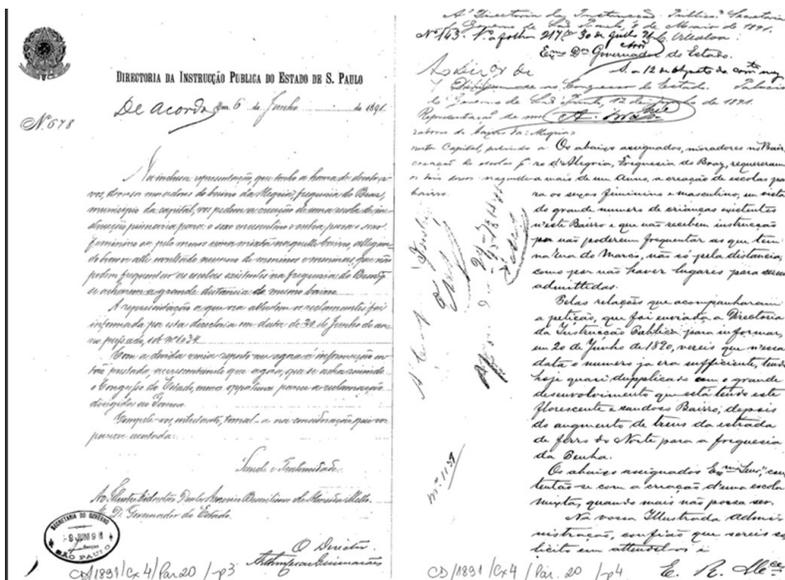
alunas matriculáveis fôr inferior a 20, será criada uma escola mixta. (Moacyr, 1942, p. 127).

As bases republicanas proporcionaram ao sistema educacional brasileiro dentro da estrutura dos estados grande avanço para a tentativa de igualdades de ensino entre gêneros e classes. Porém, a realidade apresentada na tabela exposta, no qual representa a conjuntura nacional se fazia presente na cidade de São Paulo, no presente momento contava com mais de 80% da sua população estando no estado de analfabetismo. Segundo as bases constitucionais deveriam ser combatidas, já que o ensino público avançaria nos municípios do país.

Há uma grande problemática na construção da história do ensino público na cidade de São Paulo a falta de dados concretos sobre a real situação da sua população e os dilemas enfrentados em relação. Muitos documentos apresentados até mesmo pelos órgãos legisladores não trazem consigo a veracidade dos fatos ou dados concretos, dificultando o trabalho da compreensão do passado. Assim como, percebesse também a não importância por parte desses respectivos órgãos na busca pela compreensão das dificuldades e necessidades de sua própria população.

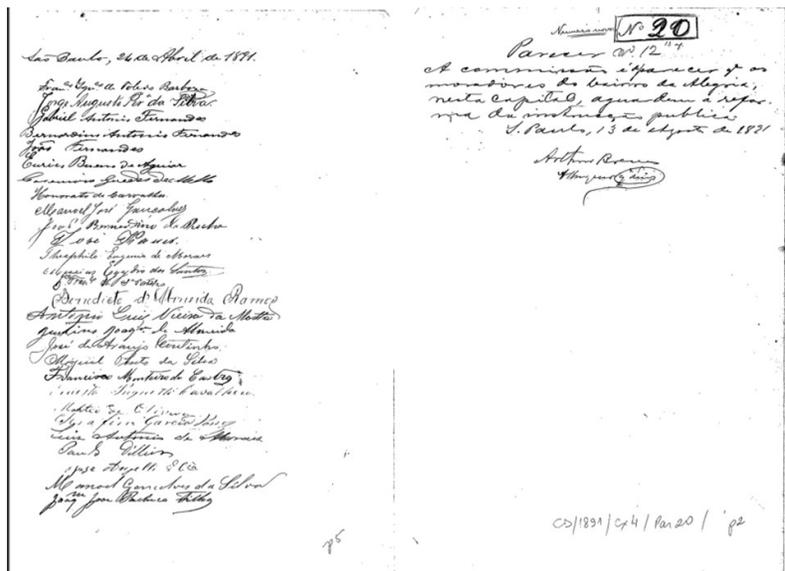
O documento apresentado abaixo demonstra um pedido dos moradores do bairro da Alegito no Braz, importante reduto de operários na cidade de São Paulo, com a exigência que a prefeitura promovesse a criação de novos centros educacionais no bairro para atender aos seus moradores. Um dos grandes problemas apresentados na proposta educacional que trazia consigo os documentos constitucionais e as próprias ações institucionais do governo, era o distanciamento das instituições de ensino em relação aos bairros mais carentes, e, que apresentavam as maiores taxas de analfabetismo. O que fez com que moradores buscassem soluções perante o problema apresentado.

Figura 8 - Petição de moradores do bairro da Alegito, no Braz, de criação de escolas – 1891.



Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=24922>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Figura 9 - Petição de moradores do bairro da Alegito, no Braz, de criação de escolas – 1891.



Fonte: Arquivo da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=24922>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Os dados apresentados na Tabela 3 demonstram um Estado em que ao mesmo tempo que no final da década de 1910 ocupava a segunda posição no ranking nacional das taxas de alfabetização, na grande verdade convivia com o analfabetismo aproximadamente 3 vezes maior e grande parte desses que compunham os números de analfabetos eram operários. A realidade apresentada na conjuntura estadual era na verdade um grande espelho da capital, que convivia mais nitidamente com esses problemas gerados pelo avanço fabril e urbano.

Inúmeros problemas podem ser listados aqui para justificar essa mazela na vida operaria, se destacam alguns já apresentados ao longo do texto, as grandes jornadas de trabalho, o emprego nas indústrias ainda muito jovem e a falta de estruturas escolares oferecidas pelo governo aos cidadãos de áreas mais afastadas.

Além disso havia grande divergência dentro do sistema de ensino entre homens e mulheres, havendo escolas específicas para ambos os sexos, até mesmo a grade curricular apresentava-se totalmente diferente, enquanto para os homens eram ensinados aritmética, leitura, para as mulheres eram ensinados leitura e economia doméstica. O ensino para o sexo feminino se diferenciava perante as diretrizes ao sexo masculino, como bem explica Moacyr:

No curso para o sexo feminino: no 1º ano acrescerá: prendas e exercícios escolares em substituição dos militares; no 2º ano acrescerá: economia doméstica e prendas, e será dispensado o estudo de álgebra e escrituração mercantil.” (1942, p. 70).

Muitas das instituições educacionais que compunham a grande rede na cidade de São Paulo eram distinguidas pelo atendimento à um público específico, no caso homens e mulheres. Porém a lei que regia o sistema de ensino, trazia consigo o direcionamento para aqueles municípios que não houvesse a quantidade necessária para compor o número de estudantes ideal e por consequência a divisão escola de gênero, haveria então escolas mistas. Importante deixar explícito que mesmo com os dizeres da lei na própria capital havia es-

colas mistas, praticamente a divisão ficava a cargo dos órgãos de administração municipal.

Santos (2019), reflete que a realidade educacional e social da classe pobre presenciada na cidade de São Paulo, proporcionava o cenário ideal para a introdução e crescimento de ideologias como anarquismo e socialismo.¹⁷ Ambas as filosofias buscaram justamente o despertar das classes desfavorecidas da sociedade, operários, a consciência da realidade e suas mazelas que o capital proporciona através de sua exploração, ou seja, trazer para si o papel renegado pelo Estado, da compreensão da realidade de seus cidadãos.

O anarquismo que aqui desembarcou encontrou na classe operária sentimentos que poderiam ser explorados a favor da ideologia, a frustração gerada pelo *abandono* das instituições governamentais e a exploração do capitalismo. A presença do estado na vida desses cidadãos era quase nula, o contrário do que se esperava suas instituições não defendiam as questões daqueles mais necessitados, mas sim, promoviam os pilares necessários para o fortalecimento da burguesia e sua sobreposição ao restante da sociedade. Fausto explica a chegada do anarquismo:

No caso do anarquismo, o papel da importação foi considerável: através dos imigrantes, chegaram ao país não só os intelectuais portadores da ideologia como massas de trabalhadores pelo menos em algum grau tocados por ela. (Fausto, 2016, p. 82).

Segundo ainda o autor, o anarquismo que aqui se fez presente na cidade de São Paulo principal polo industrial brasileiro na época, tinha alguns princípios inseridos em sua essência, o anticlericalismo e o sindicalismo. Constituíram as raízes do que podemos denominar

17. Em geral, o Socialismo tem sido historicamente definido como programa político das classes trabalhadoras que se foram formando durante a Revolução Industrial. A base comum das múltiplas variantes do Socialismo pode ser identificada na transformação substancial do ordenamento jurídico e econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, numa organização social na qual: a) o direito de propriedade seja fortemente limitado; b) os principais recursos econômicos estejam sob o controle das classes trabalhadoras; c) a sua gestão tenha por objetivo promover a igualdade social (e não somente jurídica ou política). Segundo: BOBBIO, Noberto. Dicionário de política. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1196-1197.

de anarquismo brasileiro. No qual as atividades sindicais, o esclarecimento científico, a luta social e o progresso educativo, compunham uma densa estrutura constituída em prol da classe trabalhadora dentro e fora dos centros urbanos. Muitas dessas diretrizes foram impostas aqui com base na cgt francesa.¹⁸

A realidade dos operários paulistanos e seus filhos muito além da exploração concedida pelo estado, era a *escuridão intelectual*, ponto principal no qual venho apresentando ao longo da discussão no texto. O processo de exclusão escolar passa muito além do combate ao analfabetismo ou compreensão de fatos que rodeiam o mundo do saber. As questões do analfabetismo tinham consequências diretas nas políticas em diferentes esferas, já que o processo eleitoral da *Primeira República* retirava qualquer direito daqueles que não eram afortunados e por consequência sem escolaridade. Como explica Leandro Ribeiro Gomes sobre o processo eleitoral:

Havia enormes restrições à participação de grandes e diversos segmentos da população no processo político eleitoral, pois as mulheres não tinham direito ao voto, assim como os analfabetos, que eram a maioria da população na época, os estrangeiros imigrantes, os menores de 21 anos e soldados e membros de algumas ordens religiosas. (Gomes, 2012, p. 100).

Percebe-se então as questões escolares direcionadas muito além de uma possível exclusão social como a falta de infraestrutura e exploração dos meios de produção, principalmente através do não saber de seus direitos e a própria conjuntura cultural que envolviam os trabalhadores na questão da obediência servil. O analfabetismo era utilizado por aqueles que controlavam o estado para servir e dar sustento ao pilar de sustentação no controle governamental, a exclusão política dos analfabetos e mais pobres permitiam a burguesia construir e concretizar esferas que atendessem seus desejos e necessidades. O trabalhador que não sabe ler, não sabe refletir, e a reflexão é a inimiga do estado.

18. A cgt francesa (Confederação Geral do Trabalho) foi criada em 23 de setembro de 1895 com objetivo de proporcionar a organização da classe operária através dos sindicatos, que se tornaram representantes da classe para lutar por seus direitos e melhorias.

Em um meio social demarcado por uma elite letrada e trabalhadores praticamente impedidos socialmente de alcançar o status de alfabetizados, buscou-se proporcionar mudanças na situação exposta. Uma das primeiras atitudes proporcionadas/direcionadas pelas lideranças anarquistas constituiu-se na busca entre os operários, voluntários que tinham o domínio da leitura para que funcionassem como ponte entre os dizeres do movimento e seu público-alvo. Desta forma, os operários voluntários funcionariam como leitores das páginas de seus periódicos, folhetins, panfletos, dentre outros documentos que circulavam pela cidade com as pautas anarquistas para seus irmãos de classe que não eram alfabetizados.

Compreende-se que na prática os dizeres que venho explorando ao longo da minha escrita, o anarquismo busca a união da classe social e não sua divisão, o conhecimento não é um patamar de distinção dentro de seu seio, mas sim, uma dádiva que para aqueles que foram afortunados com tal graça devem então fazer prosperar para aqueles que não puderam ter as mesmas chances, pois estavam construindo a sociedade no qual todos usufruem. O conhecimento não é privado ou particular, ele é público e deve estar a disposição para todos aqueles que buscam obtê-lo.

Como explico em minha dissertação de mestrado, “Trabalhadores e operários passaram a enriquecer a luta, constituindo, entre tantos exemplos, leitores das páginas do jornal para aqueles que não tinham domínio da leitura.” (Barrientos, 2023, p. 87). Esses leitores eram voluntários e promoviam as leituras nas entradas, intervalos e saídas das fábricas, tinham a missão de manter o operariado informado sobre os acontecimentos não só que envolviam seu dia a dia, como os mundiais, além de através de relatos e notícias vindas de outras localidades no país, diferentes movimentos anarquistas, que os operários da capital não estavam sozinhos nessa luta. Eram lidos principalmente os periódicos anarquistas que circulavam na cidade de São Paulo, *A Lanterna*,¹⁹ *A Plebe*, importantes difusores e porta-voz do movimento anarquista.

19. A Lanterna foi um jornal anticlerical que circulou na cidade de São Paulo entre os anos

Desta forma, aqueles que estavam ali como ouvintes passaram a ter os primeiros contatos com os dizeres e objetivos do movimento anarquista, assim como, ficaram informados sobre a realidade social e política que rodeavam suas vidas. Através da aquisição dessas novas informações tinham por objetivo a criação de interesses ouvintes para procurarem as instituições de ensino, não só para si, mas como para seus filhos, assim compondo as linhas de *luta* no movimento dentro da cidade contra a exploração exercida. Os primeiros leitores nas portas das fábricas, posteriormente a leitura particular, formularam a intimidade necessária que buscava o movimento e que dessa forma puderam trazê-los para a causa.

Figura 10 – Jornal, *A Plebe* – 1917.



Fonte: A Plebe, São Paulo, ano 1, n. 1, 9 jun. 1917, p. 1. (Arquivo Pessoal)

de 1901 e 1935, passando por diferentes momentos de rupturas em relação a sua existência, foi fundado por Benjamin Mota.

Figura 11 – Jornal, *A Lanterna*, 1901.



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, ano 1, n. s., 24 jun. 1901, p. 1. (Arquivo Pessoal)

Determinado por suas lideranças como obrigação a promoção da leitura por aqueles que detinham o conhecimento e estavam inseridos na luta social, até mesmo taxando-os como traidores do movimento os que não se apresentavam para a função, inimigos do esclarecimento e libertação de seus companheiros. A leitura funcionava de diferentes formas, mas uma em específica apresentou-se com melhor eficiência, como explica Renato Luiz Lauris Junior, “Uma das técnicas adotadas pelos operários leitores para a maior extensão dos saberes expressos era a leitura em voz alta para os não-letrados.” (2009, p. 56).

Além do processo de leitura especificado durante o período em que estavam nas indústrias, o movimento anarquista constantemente promovia eventos nos denominados *bairros operários* com objetivo de promover maior união, enriquecimento cultural e principalmente a libertação cognitiva através do que foi exposto por Tatiana Calsavara da Silva, “Em reuniões e assembleias de associados, são realizadas palestras e conferências públicas, leituras públicas e comentadas.” (2012,

p. 102). Deste modo, os operários e suas famílias que se encontravam distantes dos vínculos educativos tinham a oportunidade de adquirir informações sobre acontecimentos mundiais, exemplifico aqui a Revolução Russa, como também novos conhecimentos culturais muitas vezes restritos aos domínios burgueses.

Segundo Azis Simão:

Mas a visão anarquista do Homem e da sociedade não se detinha na formação de associações autogovernadas, atuantes apenas no plano econômico e no confronto das classes sociais. Na prospectiva utópica, elas constituiriam os focos da constelação social anárquica. Isto em vista, impunha-se mudar, as condições da vida material e da vida mental, ou seja, livrá-las da necessidade e do dogma. (Simão, 1989, p. 60).

Através dos dois pensamentos citados, o direcionamento do movimento se debruçava sobre a libertação, ou seja, além de importância da transformação na vida social e fabril, a preocupação com o conhecimento e o desenvolvimento do intelecto dos trabalhadores eram pautas constantes no círculo de debates anarquistas na capital.

1.2 O projeto educacional anarquista se apresenta a sociedade

Importante salientar que o projeto educacional anarquista se constituiu a partir do fim do século XIX, com Paul Robin²⁰ e Francisco Ferrer.²¹ O primeiro educador mencionado, buscou dentro da sua filosofia de ensino o que chamamos de Pedagogia Libertária, sendo responsável pela criação do ensino integral no qual buscava trazer o cientificismo ao ensino público. Já o segundo educador apresentado,

20. O pedagogo francês nasceu na cidade de Toulon em 3 de abril de 1837, dedicou sua vida ao ensino, desenvolveu metodologias, representou a vertente que buscou empregar o ensino libertário, também considerado o criador do ensino integral, faleceu na cidade de Paris em 31 de agosto de 1912.

21. O pensador anarquista catalão, nasceu na cidade de Alella em 14 de janeiro de 1859, o pedagogo anarquista foi o idealizador da Escola Moderna, no qual tinha por objetivo o ensino libertário, faleceu na cidade de Barcelona em 13 de outubro de 1909.

buscava a promoção de uma educação racionalista, no qual os operários teriam acesso ao conhecimento das questões sociais e trabalhistas, promovendo debates que buscavam resultar no despertar da rebeldia dos trabalhadores em relação a realidade proporcionada aos seus *irmãos de classe*.

Não posso deixar de dar destaque também para o brasileiro, anarquista, professor, dramaturgo e filólogo, José Oiticica, que contribuiu com o desenvolvimento intelectual dentro do sistema escolar, assim como, foi membro do corpo de professores do Colégio Pedro II, atuando ativamente nos movimentos sociais na então capital do país, Rio de Janeiro, e nos movimentos operários que se espalhavam pela cidade de São Paulo, auxiliando na organização do evento grevista de amplitude nacional, Greve Geral.²² Colaborando sistematicamente com escritas imponentes nas páginas do periódico anticlerical paulista, *A Lanterna*.

Em seus primeiros passos alguns integrantes do movimento disponibilizavam suas residências para abrigar refugiados, necessitados e principalmente a promoção da educação para seus companheiros de classe. Promovendo breve regresso em minha escrita, cito aqui o exemplo da Colônia Cecília no qual houve a construção da casa que ganhou a denominação de *Casa do Amor*, muito diferente do que se pensa em seu verdadeiro significado, a residência coletiva tinha a função de promover o verdadeiro *amor* que era o conhecimento, sendo orquestrado em seu interior ensinamentos primários, reflexões, apresentações e debates. Além disso, outros eventos eram promovidos nesses espaços para assim haver a captação de recursos com objetivo de construção de novos centros que abrigariam o ensino para a classe operária.

22. Evento este ocorrido na cidade de São Paulo no ano de 1917, fomentado pelo movimento anarquista, com lideranças como Edgard Leuenroth, o movimento grevista paralisou a capital do estado por dias e pode ocasionar grande caos, mas de forma organizada, proporcionando assim o debate frente aos industriais para promoção de direitos. Porém houve grande repressão pelas forças militares orquestradas pelos governantes.

Figura 12 – Festa de propaganda Pró-“A Plebe” e pró-presos – 1919

Festa de propaganda Pró-“A Plebe” e pró-presos
por questões sociaes

No dia 30 do corrente, no salão CELSO GARCIA

Promovida pelo Grupo “OS SEMEADORES”

PROGRAMMA

I — Hymno dos Trabalhadores, pela orchestra ;
II — *1.º de Maio*, bella peça social em 1 acto, em hespanhol, do inquecível camarada Pedro Gori ;
III — Conferenciá sobre a Questão Social ;
IV — *Arlequin el Selvage*, excellente drama social em 3 actos, em hespanhol ;
V — Kermesse e baile.

Aos camaradas e amigos de S. Paulo e do interior pedem-se prendas para a kermesse, que deverão ser remetidas ou entregues em nossa redacção, á rua 15 de Novembro, 10, 1.º andar, até o dia 28 do corrente.
Os bilhetes são encontrados em nossa redacção e com os camaradas do GRUPO “OS SEMEADORES”.

Fonte: A Plebe, São Paulo, ano 2, n. 8, 12 abr. 1919, p. 4. (Arquivo Pessoal)

Através desses diferentes pilares que foram constituídos ao longo do processo anarquista, novos números e amplitude foram se apresentando as suas lideranças. A partir do momento que o movimento anarquista passou a frequentemente ser temas das rodas de conversas nas fábricas da cidade de São Paulo, nos lares e nos lugares de lazer dos operários, as lideranças do movimento compreenderam a importância que tinha ganho suas pautas. Necessitando cada vez mais alcançar as pessoas que ainda estavam longevos da causa operária.

Segundo Cruz, “A cultura letrada ocupa espaços extremamente reduzidos do cotidiano da vida urbana.” (2013, p. 42), umas das grandes dificuldades enfrentadas pelos anarquistas foi a falta de interesse pelos estudos que germinavam na classe operária, resultado do próprio sistema capitalista que obrigava esses cidadãos a visarem o trabalho/capital como alvo principal, e a cultura operária que não tinha

a percepção do ensino como revolução social. Apesar dos inúmeros esforços do movimento para a reformulação da realidade educacional nos anos iniciais da causa, e por consequência o que considero primeiros avanços no sistema de ensino na cidade, o desenvolvimento de sua infraestrutura havia grande defasagem. Essa que se apresenta uma questão imponente às lideranças anarquistas, o despertar do interesse pela educação muito acima do capital.

Os eventos promovidos como citado anteriormente, tinham justamente a função de promoverem os primeiros contatos dos operários não somente com as questões educacionais como frequência em escolas, assim como, o despertar cultural nos princípios que norteiam a vida dos operários, a compreensão da arte, música, literatura, peças teatrais, eram conjuntos que buscavam demonstrar aos integrantes do movimento, que essas ramificações culturais não eram somente destinadas aos burgueses, como fora outrora constituído no bojo do imaginário social.

Um dos principais alvos da educação libertária, além das questões já apresentadas anteriormente sobre o ensino infantil durante o período do primário (ler e escrever), era a promoção da educação para adultos com objetivo da alfabetização e profissional durante os períodos opostos as jornadas de trabalho, como reflete Lúcia Silva Parra, “Anarquistas em São Paulo e em outras localidades fundaram diversas escolas para crianças e adultos, bem como eram adeptos do autodidatismo.” (2014, p. 36). Não somente o ensino a ler e escrever, mas como de novas profissões – marceneiro, datilografo – proporcionando indiretamente/diretamente melhores condições sociais e a oportunidade da busca por melhores empregos, conseqüentemente obtendo melhores condições de vida e posições dentro do sistema de produção.

Assim como explica Glaucia Rodrigues Castellan, “A educação direcionada para o proletariado não deveria trazer apenas o conteúdo básico como português, aritmética, história, etc., mas também os conceitos básicos inerentes à luta operária.” (2010, p. 45), além dos ensinamentos expostos pela autora, havia dentro das instituições oficinas de

curso para as mulheres de bordado, costura. Mesmo que hoje em dia o respectivo ensino para as mulheres possa soar como preconceituoso, para a época proporcionava importantes mudanças nas condições de vida e emprego, no qual, as respectivas estavam inseridas.

O movimento educacional que crescia nas entranhas da cidade de São Paulo buscava a promoção do ensino laico e científico, pois para as lideranças anarquistas a igreja se comportava como a maior ponte de instauração e alienação nas gerações mais novas, tanto para o não esclarecimento como a obediência social, impedindo o a liberdade intelectual tão almejado, que resultaria na construção da consciência de classe e luta social. Vale destacar, que o movimento em si, assim como, seus periódicos tinham em sua essência o anticlericalismo combatendo o clero e seu ensino religioso, tendencioso.

Lauris Junior explica:

Os temas educação e cultura para os anarquistas eram de grande valor, eram instrumentos fundamentais para o processo de emancipação dos indivíduos e para alcançar a almejada Revolução Social tão propagada pelos libertários. (Lauris Junior, 2009, p. 94)

As primeiras atividades anarquistas visavam a leitura das obras clássicas do anarquismo para a compreensão das diretrizes da ideologia, para que através dessas primeiras propostas pudesse então despertar o interesse nos trabalhadores para a leitura de diferentes propostas literárias, assim antemão a todo o processo político e ideológico, os operários conseguissem o que denomino de emancipação cultural.

Era fundamental as instituições de ensino ligados ao movimento anarquista ofertassem além do conhecimento intelectual ligado as diretrizes escolares, a formação de seres humanos, os princípios ideológicos, cognitivos e profissionais. Mas acima de tudo, a formação de seres reflexivos e compreensivos sobre as múltiplas realidades de seus *irmãos de classe*, era tão necessário quanto saber ler e escrever. O status de alfabetizado para esses trabalhadores eram muito além da simples ação cognitiva para os meios sociais, saber ler e escrever destacava-o, podendo receber melhores salários e condições de trabalho. Afinal, o sta-

tus citado anteriormente dentro do período refletido era considerado uma *profissão*. Pois segundo ainda Valente, “Entendendo os anarquistas que a revolução social era impraticável, sem a educação como impulsionadores e mantenedora do processo revolucionário.” (1992, p. 112).

1.3 A Escola Moderna: O anarquismo educacional se faz presente

Anterior a entrarmos nas perspectivas e fatos que nortearam a constituição das Escolas Modernas n. 1-2-3, sabe-se que na cidade de São Paulo no começo do século XX, mais precisamente entre os anos de 1902-1904 houve a existência de uma instituição de ensino libertário, Escola Libertária Germinal, dentro do bairro do Bom Retiro, a escola passou por grandes dificuldades durante sua existência, sendo substituída anos mais tarde pelas escolas citadas no começo do parágrafo.

A figura abaixo descreve a proposta educacional da Escola Moderna n. 1. Como podemos perceber, *A Plebe*:

Figura 13 – Escola Moderna N. 1

Escola Moderna N. 1
Instituto de Instrução e Educação para menores e adultos de ambos os sexos

Aulas diurnas e nocturnas

Ensino theorico e pratico, segundo os methodos da pedagogia moderna, com os quaes se ministra aos alumnos uma instrução que os habilita para o inicio das actividades intellectuaes e profissionais, assim como uma educação moral baseada no racionalismo scientific.

CURSO PRIMARIO — Rudimentos de Portuguez, Arithmetica, Calligraphia e Desenho.

CURSO MEDIO — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Principos de Sciencias, Calligraphia e Desenho.

CURSO ADEANTADO — Grammatica, Arithmetica, Geographia, Noções de Sciencias Physicas e Naturaes, Historia, Geometria, Calligraphia, Desenho, Dactylographia.

Para os alumnos haverá tambem trabalhos manuaes: costura, bordado, etc.

Aulas diurnas
Horario: das 11 1/2 ás 16 1/2 (das 11 1/2 da manhã á 4 1/2 da tarde).
Mensalidades: Curso primario ou medio, 4\$000; curso adelantado, 5\$000.

Aulas nocturnas
Horario: Das 19 ás 21.
Mensalidades: Curso primario ou medio, 5\$; curso adelantado, 7\$

DIRECTOR — PROFESSOR FLORENTINO DE CARVALHO
Avenida Celso Garcia, 262 - Belemzinho - S. Paulo

Fonte: A Plebe, São Paulo, ano 1, n. 5, 09 jul. 1917, p. 4. (Arquivo Pessoal)

As Escolas Modernas n. 1 (diretor João Penteadó) e 2 (diretor Adelino de Pinho) na cidade de São Paulo, n. 3 (diretor João Alves) em São Caetano do Sul, a terceira instituição não será abordada a fundo por não ser o objeto da escrita. Foram importantes centros de ensino e alfabetização anarquista dentro da cidade de São Paulo, oferecendo ensino libertário para ambos os sexos dentro da mesma instituição, em períodos diurnos (11:30h-16:30h) para menores de idade e noturnos (19:00h-21:00h) para adultos, as mensalidades variavam apresenta Douglas Bahr Leutprecht e Noberto Dallabrida (2020, p. 408), variando entre 3\$000, 4\$000 e 8\$000 – principiantes, adiantados e adultos (nesta ordem) – além de haver contribuições filantrópicas e festividades para o levantamento de fundos.

Vale destacar que o valor exposto configurava como forma de subsídio das atividades, já que as instituições de ensino não eram regulamentadas, ou seja, não recebiam verbas governamentais, dependendo basicamente de doações e pagamento das mensalidades que pudessem manter suas atividades.

Dentro da grade curricular havia três cursos oferecidos: Curso Primário (Rendimentos de Portuguez, Arithmetica, Calligraphia e Desenho); Curso Medio (Grammatica, Arithmetica, Geographia, Principios de Sciencias, Calligraphia e Desenho); Curso Adeantado (Grammatica, Arithmetica, Geographia, Noções de Sciencias Physicas e Naturaes, Historia, Geometria, Calligraphia, Desenho, Dactylographia).

Figura 14 – Academia de Comércio Saldanha Marinho:
Primeira Escola Moderna na cidade de São Paulo.



Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/colégio-saldanha-marinho/>.
Acesso em: 10 ago. 2024.

Deste modo, duas importantes instituições de ensino anarquista foram criadas na cidade de São Paulo, ambas no começo do século XX sob a direção do professor João Penteadó. Nas respectivas instituições eram promovidos o ensino básico e profissional. A primeira²³ se localizava na rua Saldanha Marinho n. 58 situado no bairro do Belenzinho, posteriormente transferida para a avenida Celso Garcia n. 262; a segunda instituição estava localizada na rua Maria Joaquina n.

23. Importante expor ao leitor que a Escola Moderna n. 1, anteriormente conhecida como Escola Livre, sob o comando do Professor João Penteadó, passou a receber este nome com a mudança de sua sede para a rua Saldanha Marinho, como exposto acima o endereço.

13 situado no bairro do Brás, havia grande proximidade entre as duas instituições, separando-as 7 quarteirões/600 metros. Ambas as instituições dentro dos registros históricos e outros documentos não trazem ao certo uma data universal sobre suas fundações, variando entre os anos de 1912-1913.

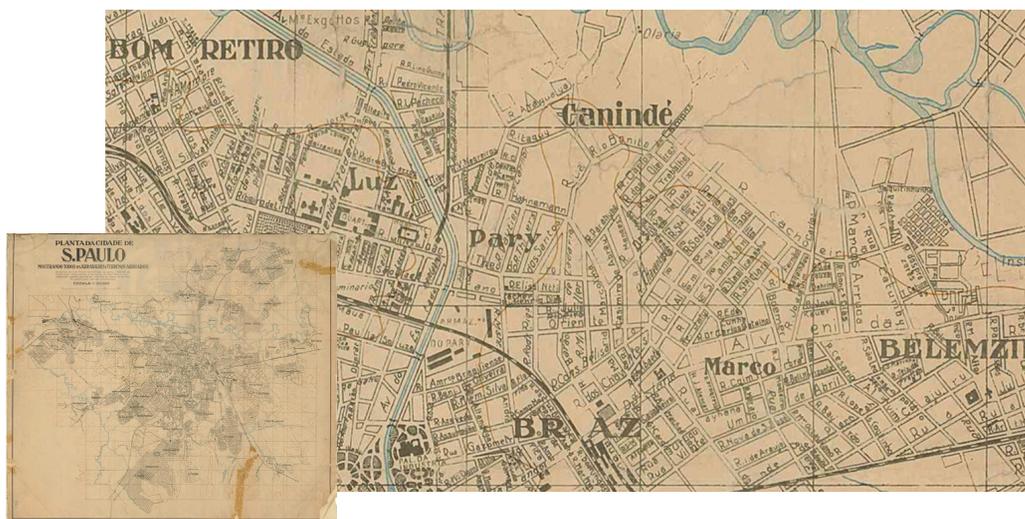
Assim trazia consigo a explicação/apresentação o *Boletim da Escola Moderna* sobre as instituições no ano de 1919:

Assim, além da Escola Moderna n. 1, temos a n. 2, reaberta, faz pouco tempo, á rua Maria Joaquina n. 13, por iniciativa do companheiro Adelino Pinho, e a de São Caetano, município de São Bernardo, fundada em dezembro do anno passado, e aberta em começo deste anno sob a direção do companheiro José Alves, tendo-se organizado, para mantal-a uma associação.

A instalação da mesma foi feita, provisoriamente, em prédio um tanto acanhado e improprio, mas esse mal, segundo sabemos, vae ser remediado, em breve, com a sua mudança para um prédio melhor, á rua Virginio de Rezende. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 8).

Ambos os bairros apresentados acima foram importantes para a cidade de São Paulo, grande reduto operário, segundo Renan Leocárdio Souza (2022, p. 358) abrigando principalmente vidraceiros, trabalhadores têxteis, comerciários e tipógrafos. Vale destacar, como exposto por Levi Fernando Lopes Vieira Pinto (2019, p. 75), as respectivas instituições de ensino libertário passaram a funcionar posteriormente a obtenção do alvará expresso pela Secretaria de Instrução Pública do Estado, através da organização da Comissão Pró Escola Moderna.

Figura 15 – Mapa da cidade de São Paulo em 1924 - (Circulado pelo próprio autor os bairros: Bom Retiro; Braz; Belenzinho).



Fonte: Disponível em: https://smulacervo.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg. Acesso em: 14 ago. 2024.

Segundo ainda o autor, e aqui me coloco em comunhão com seu pensamento, criou-se uma hipótese sobre o existir das duas instituições libertárias de ensino, já que na contramão de praticamente todos os outros casos de ensino libertário, no qual, havia a abertura de uma única unidade da Escola Libertária dentro dos respectivos municípios. São Paulo fora no caminho contrário, abrindo duas Escolas Modernas em dois importantes bairros. Deste modo, o autor apresenta uma hipótese de que a abertura dupla significou atender as necessidades periféricas dentro de dois importantes e extensos bairros que compunham a capital.

Ainda o autor através da apresentação dos dados anteriormente exposto, me leva a refletir a legalidade das instituições de ensino libertário proporcionada pelos órgãos governamentais, retirando do Estado a função de promover o ensino público aos seus cidadãos e atribuindo ao que chamamos de setor privado. Através da Lei n. 2.225 de 16 de abril de 1912, o ensino dentro do Estado de São Paulo existia dentro das esferas pública e privada:

Artigo 1.º - O ensino, no Estado de S. Paulo, é publico e privado.

§ 1.º - E) publico o ensino ministrado nas escolas, cursos e estabelecimentos criados e mantidos nas escolas, cursos e estabelecimentos criados e mantidos pelo Estado.

§ 2.º - E) privado o ensino ministrado em escolas, cursos, estabelecimentos e institutos criados e mantidos pelas municipalidades e por individuos ou associações particulares, assim como o ministrado no seio das famílias. (São Paulo, 1912).

Entretanto, o ensino privado dentro da capital não obtivera total emancipação do controle das instituições estatais, sendo esse constantemente visitado e avaliado pelos órgãos de ensino, no qual, dentro das diretrizes impostas no documento regente da sociedade, os estabelecimentos que fossem identificados com infrações perante seus dizeres e seguimentos poderiam desde sofrer punições até serem fechados permanentemente.

As instituições de ensinos libertários não obtiveram longo período de construção da proposta revolucionária da base educacional, já que por conta das pressões exercidas por grupos políticos/sociais conservadores, sofreram o encerramento das suas atividades ainda dentro da mesma década, em 1919,²⁴ acusadas de disseminarem os ideais anarquistas na cidade. Através da Lei n. 1.579 de 19 de dezembro de 1917:

Artigo 30. - Nenhum estabelecimento particular de ensino primario ou secundario poderá ser installado no Estado sem prévia auctorização da Directoria Geral da Instrucção Publica, que somente poderá concedel-a mediante requerimento a que o interessado juntar os seguintes documentos:

I. - Attestado ou títulos que provem a capacidade moral e technica do director e dos professores;

24. Vale destacar que não somente no governo federal estava entrelaçado com as elites, já que o período a qual me refiro ficou conhecido como, República do Café com Leite (1898-1930), em que as elites agrárias dos estados de São Paulo e Minas Gerais governavam a república brasileira. O mesmo fato era refletido no governo do estado de São Paulo e sua respectiva capital, proporcionando governos e diretrizes conservadores.

II. - Planta do predio em que haja de funcionar a escola, instruída com relatorio do inspector medico escolar sobre as condições hygienico-pedagogicas do mesmo;

III. - Compromisso de confiar a professores brasileiros o ensino de Portuguez, Geographia e Historia do Brasil, bem como de fazer que todo o ensino, salvo em se tratando de línguas estrangeiras, seja ministrado em idioma patrio.

Artigo 31. - No caso de infracção do disposto no artigo antecedente, o director geral da Instrucção Publica applicará aos directores e professores faltosos multas de cem a quinhentos mil réis; e, si houver reincidencia, suspenderá o funcionamento da escola, ou determinará o seu definitivo fechamento. (São Paulo, 1917).

A acusação imposta pelo então secretário da Instituição Pública do Estado de São Paulo, Oscar Thompson,²⁵ pautava no artigo 30 exposto anteriormente, segundo documento enviado ao então diretor da instituição de ensino libertária João Penteado no ensino e propagação das diretrizes anarquistas através do meio escolar. Deste modo, o pedagogo anarquista ainda tentou contrariar a decisão através dos meios judiciais, porém não obtivendo sucesso, com o fechamento da sua escola no ano de 1919,²⁶ como outrora exposto.

Segundo documento oficial de retirada do pedido de Habeas Corpus de João Penteado pelo secretário da Instituição Pública, exposto por Pinto através do Acervo do CME-USP, fica explicito a acusação do estado contra a instituição libertária:

São Paulo, 19 de novembro de 1919.

J. A.

N. 3959

25. Não houve a identificação das suas datas de nascimento e falecimento.

26. Importante frisar ao leitor que a respectiva instituição escolar libertária teve suas atividades encerradas no ano de 1919 por problemas políticos e sociais, havendo sua reabertura no ano seguinte já com a denominação Escola Nova de Comércio, mais tarde ao longo dos anos adjacentes, houve outras duas trocas de seu nome: Academia de Comércio Saldanha Marinho e Colégio Saldanha Marinho. Entretanto, dentro da conjuntura textual houve a adesão por sempre se referir ao instituto como Escola Moderna, para que de forma pedagógica haja clareza ao invés de incompreensão.

Sr. João Penteado
Director da Escola Moderna
Avenida Celso Garcia, 262
Capital

Tendo sido verificado, pela Secretaria de Justiça e Segurança Publica, que as escolas

modernas, de que sois director, “visando a propagação de ideas anarchicas e a

implantação do regimen communista, ferem de modo inilludivel organisação politica

e social do Paiz”, conforme se evidencia por aquella Repartição a esta Directoria

Geral hei por bem não so´ cassar a autorização de funcionamento concedida a´

vossa escola, a´ Avenida Celso Garcia nº 262, a qual, de hoje em diante, sob as penas

da Lei, esta´ prohibida de funcionar, bem com intimar-vos a fechar do [m]esmo

modo, immediatamente, desde hoje, em caracter definitivo, a escola moderna n. 2,

que installastes e fizestes funcionar sob a regencia de Adelino de Pinho, a´ rua Maria

Joaquina nº 13, sem autorisação desta Directoria Geral e em flagrante violação do

artigo 30 da Lei nº 1579, de 19 de dezembro de 1917.

Saudações,

Oscar Thompson (Pinto, 2019, p. 105).

As instituições de ensino público traziam consigo além da forte presença dos ensinamentos clericais, grande influência governamental

e burguesa, expressando seus desejos e objetivos através do ensino proposto, o que para o anarquismo era considerado um ensino tendencioso ofuscando a liberdade intelectual e as grandes nuances do conhecimento. Além de um ponto que fica nítido ao longo da minha escrita, a falta de interesse do estado por muitas vezes em acompanhar e garantir a permanência desses estudantes dentro de suas instituições de ensino.

Segundo os dados apresentados no Anuário Escolar de 1918,²⁷ redigido pelo Secretário de Instituição Pública citado anteriormente, a população em idade escolar (7-12 anos) atingiu o número de 480.164 mil crianças, havendo a matrícula de pouco mais do que 50% de matrículas, correspondendo ao número de 253.406 mil alunos, do montante de matrículas houve a frequência do curso primário somente de 232.621 mil. Deste modo, 247.543 mil crianças com idade escolar não frequentavam as instituições de ensino por falta de opção ou oferta do estado, segundo ainda apresenta o anuário.

Segundo consta Oscar Thompson buscou traçar um plano de melhoria na oferta do ensino, assim como, a multiplicação de instituições escolares nos bairros mais vulneráveis. Algo que o movimento anarquista justamente pregava e buscava promover, incentivo, acompanhamento e ensino que englobava as diferentes diretrizes educacionais, assim como, para ambos os sexos. Deste modo havendo a reformulação/revolução desejada por suas lideranças. Como aponta José Damiro de Moraes:

Tendo como objetivos aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, os anarquistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais. Assim, a ação dos anarquistas procurava contribuir para aumentar o conhecimento dos trabalhadores, alicerçada na idéia de que uma nova sociedade passava por uma nova educação. (De Moraes, 2006, p. 9).

27. Anuario de Ensino do Estado de S. Paulo. Directoria Geral da Instrução Publica, São Paulo, 1918.

A juventude era apontada como o futuro do movimento anarquista, com grande esperança de construção de uma geração intelectual e esclarecida, necessária muito além da propagação e solidificação dos conceitos ideológicos em ações adiantes. Mas como, imponente reformulação social, desenhando assim novos rumos para a sociedade desigual que se fazia presente. Importante refletir que o anarquismo não está buscando transformar a realidade somente daqueles que estão seguindo suas diretrizes, deseja-se prosperar seus princípios sociais muito além da classe trabalhadora, pois uma sociedade conservada nos patamares que estavam sendo empregados pela burguesia, não faria sentido então as transformações concedidas no seio do operariado.

Buscava a liderança concretizar o ensino para os jovens com esperança de que os respectivos conservassem os pilares propostos e assim impedissem futuros abusos do capitalismo contra a classe, em relação as mazelas que seus familiares mais velhos haviam presenciados. Além disso, havia a esperança de que através do ensino para a juventude e sua interação familiar, escolar e social, as pautas ideológicas passassem a serem assuntos das rodas de conversas e por consequência os que muitos textos anarquistas trazem consigo. Constituiu-se a esperança do arrebatamento de novos membros para a causa.

O sistema educacional instaurado pelos anarquistas, na grande verdade contava com diferentes elementos, compondo assim uma rede de educação e cultura: Grupos de Estudos; Bibliotecas; Ate-neus;²⁸ Centros de Cultura para Crianças; Escolas. O sistema visava a promoção para crianças e adultos não somente o ensinar pedagógico, mas como, o enriquecimento cultural e o desenvolvimento intelectual do ser reflexivo. Como explica Paulo Júnior Ghiraldelli:

Compreendia uma boa dose de utopia, isso não quer dizer que, na prática, a atuação de anarquistas e anarco-sindicalistas se pautasse pelo devaneio. Pelo contrário, a nova sociedade deveria e poderia ser construída, eles acreditavam nisso, e partiram para inúmeras iniciati-

28. Locais públicos que são executados leituras, debates e conhecimento.

vas culturais e educacionais que preparavam a sociedade futura. (Júnior, 1987, p. 117).

Em alguns momentos a falta de pontes que consolidavam a alfabetização da classe operária, tinham consequências diretas nas publicações anarquistas principalmente nas páginas de seus periódicos, no qual, fugiam da exposição de textos complexos doutrinários. Assim, buscavam escritas mais simples relacionadas aos fatos cotidianos, principalmente com adesão de palavras mais simplórias de fácil entendimento, o que até mesmo reflito como certa fuga da escrita extremamente formal, com palavras complexa e de diferentes sinônimos, ato esse muito praticado pelos textos/redatores da burguesia. Desta forma, os trabalhadores e seus filhos com alfabetização em processo ou básica conseguiriam compreender os pensamentos e ideais que buscavam as lideranças do movimento.

Além disso, houve grande incentivo por parte dos jornais anarquistas (*A Plebe*) através da indicação de obras literárias para os seus leitores, claro que em sua grande maioria os livros assinalados eram de cunhos ideológicos, com objetivo de se fazer compreender a ideologia através da leitura. Além da própria leitura em sermões e eventos, como a disponibilidade dessas obras para o público.

Em um de seus artigos para *A Plebe*, Octavio Brandão explana em sua escrita que para chegarmos no processo que podemos denominar de *Revolução Social*, primeiro deve haver a implantação da ideia para que possa ser absolvida, compreendida e então orquestrado o movimento social que busque remodelar os pilares que constituem a sociedade desigual oferecida pelo capitalismo. Como podemos perceber em uma de suas passagens, “Não! Não será com operarios analfabetos e inconscientes que faremos a Revolução Social.” (*A Plebe*, São Paulo, ano. 4, n. 76, 07 ago. 1920, p. 3).

De Moraes, explica que os primeiros passos dados na cidade de São Paulo para a promoção de uma escola totalmente desprendida das instituições governamentais, foram de grande importância, não somente para a organização e desenvolvimento do movimento ope-

rário naquele exato momento e suas ações futuras, como abertura de novos centros em diferentes regiões do país. Como o autor explica:

Com uma pedagogia que rompia os muros da escola a proposta educativa anarquista representava um avanço e ao mesmo tempo um perigo. Avanço, pois discutia uma escola voltada para os problemas da realidade dos trabalhadores. E perigo ao questionar a educação tradicional ao propor um novo modelo. Assim, a escola desafiava a organização tradicional da educação e trazia novos elementos como jornais e impressos operários e anarquistas nas salas de aula. Com isso praticava um exercício de conhecer e questionar o cotidiano. (De Moraes, 2013, p. 56).

Ao mesmo tempo em que o estado de São Paulo, e por consequência a capital, recebiam a cada dia novos contingentes de imigrantes, proporcionando dois pontos para o movimento anarquista: 1-Novos operários que teriam que ser apresentados ao ideal do movimento e seus objetivos; 2-Novos pensamentos para o enriquecimento intelectual da causa.

1.4 1920: Mudanças educacionais em São Paulo

Em 1 de maio de 1920 tomava posse do cargo de governo do estado de São Paulo, Washington Luiz,²⁹ também conhecido na história do Brasil como último presidente do período da denominada *Primeira República*.³⁰ Durante seu governo inúmeras reformas foram propostas e executadas dentro e fora da capital: Abertura de novas estradas buscando o povoamento do interior do estado; Retorno da imigração após o fim da Primeira Guerra Mundial; Reforma do ensino público.

29. Nascido em 26 de outubro de 1869 no município de Macaé, faleceu em 4 de agosto de 1957 no município de São Paulo. O 13º Presidente do Brasil, foi um importante político brasileiro, advogado e historiador, além de ter ocupado os cargos de 18º Governador do Estado de São Paulo e 3º Prefeito da Capital São Paulo.

30. Primeira República é um termo histórico utilizado para determinar o período desde sua proclamação em 1889 até o processo de chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

O último quesito demonstra o objetivo proposto pelo governo estadual em relação não só a capital, mas como ao longo de todo os municípios do estado, porém neste momento concentro minha escrita na problematização das transformações feitas dentro da cidade de São Paulo. Como podemos compreender através da escrita de Lúcia Lippi Oliveira:

A educação estava sendo privilegiada como elemento central no processo de construção da consciência do cidadão. A questão da salvação nacional através da educação no pós-Primeira Guerra foi seminal para o movimento de reformas educacionais implantadas nos anos 20, quer nos anos 30 ficaria conhecido como Escola Nova. (Oliveira, 1990, p. 146-147).

Dentro do mesmo período em 16 de janeiro de 1920 na cidade de São Paulo toma posse do cargo de prefeito, Firmiano de Moraes Pinto,³¹ considerado dentro da história como um dos principais representantes do desenvolvimento urbanístico da capital, transformando as realidades nos bairros, avenidas e sistemas de abastecimento alimentício e de água.

Deste modo, o estado e a capital encontraram uma rota contínua que buscava o progresso estrutural da sociedade e que poderia então haver a promoção de abertura de novos centros educacionais através de ambos os investimentos em infraestrutura e ensino. Mas que, não ocorreu da forma como se esperava. Houve novas escolas surgindo nas ruas da cidade de São Paulo, mas o grande problema da defasagem escolar ainda se apresentava muito pertinente, agora não só mais a questão operária, mas como os filhos de imigrantes que entraram na *rota de conflito* entre a conservação da língua materna e o ensino do português.

31. Nascido em 4 de maio de 1861 no interior do estado em Itu, faleceu em 8 de fevereiro de 1938 no município de São Paulo. O 5º prefeito da cidade de São Paulo, sucedendo Washington Luís (citado anteriormente, foi um importante político paulista, juiz e bancário.

Segundo ainda Oliveira (1990), anteriormente ao ano de 1920, no final da década de 1910 a Liga Nacionalista de São Paulo³² movimento baseado nos princípios proposto pela Liga de Defesa Nacional,³³ promoveu intensa campanha contra o analfabetismo, por consequência a alfabetização das pessoas menos favorecidas.

Qual o objetivo desse movimento republicano paulista? Com fins de acabar com a falta de participação das pessoas mais pobres no jogo político, a liga tinha por objetivo promover a alfabetização para que houvesse compreensão da realidade, propostas políticas e como funcionava o sistema que regia a política do Brasil. Mas que, na verdade o movimento desejado pelos paulistas em meio ao próprio processo político que os respectivos controlavam, basicamente só terá sucesso com a Constituição do Brasil de 1934. O movimento desejava algo que iria totalmente contrário ao seu poder, aqui deixo uma questão muito pertinente para reflexões futuras.

Com objetivo de combater as mazelas que apresentava a instituição educacional da capital paulista e sua sociedade, mas não só a cidade como outros diferentes municípios que compunham o estado de São Paulo, foi proposto um grande recenseamento escolar para melhor entender a realidade das crianças/adolescentes que vivem em suas fronteiras. Deste modo, podendo o governo entender as necessidades educacionais de sua sociedade, já que as diferentes ações e propostas expostas ao longo do texto não tinham obtido a solução desejável, na grande verdade o estado tinha perdido importantes espaços nas comunidades que compunham sua sociedade para o movimento anarquista, que se fazia presente na vida dessas pessoas.

Vale refletir que a proposta vem dentro de um breve período posterior que as instituições anarquistas tinham se instaurado, apre-

32. Liga Nacional de São Paulo, fundada em 1916, inspirada nos discursos de Olavo Bilac, suas atividades foram encerradas em 1924 posteriormente a Revolução Paulista. Seus objetivos eram: Serviço militar obrigatório; Educação cívica patriótica; Educação primária e profissional; Voto secreto e obrigatório.

33. Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, inspirada nos discursos nacionalistas, liderada por um grupo de intelectuais que tinham nomes como Pedro Lessa, Miguel Calmon, Olavo Bilac e Venceslau Brás, fomentava o conceito de “cidadão-soldado”.

sentado e modificado importantes pilares educacionais, principalmente para os filhos dos operários na capital do estado, até mesmo apresentando certos avanços no combate ao analfabetismo. Desta forma, o temor pelo avanço da ideologia de esquerda, anarquismo, rodeavam as propostas e ações daqueles que governavam.

Tabela 4 – Reprodução da tabela de recenseamento escolar feito na cidade de São Paulo em 1920.

Idade	Masc.	Fem.	Alfabetizados	Analfabetos	Freq.	Não Freq.	Brasileiro	Estrangeiro	Porc. Analfa.
6	5856	5614	1189	10281	2700	8680	8086	8381	89,6%
7	6282	6103	2660	9725	5954	6431	3311	9074	73,5%
8	5380	5200	4684	5896	9072	3488	2831	7749	55,7%
9	4700	4590	5587	3802	6988	2484	2808	6864	33,1%
10	4778	4894	6465	2207	7188	2488	2808	6864	33,1%
11	4065	3914	5813	2166	5753	2223	2233	5746	27,1%
12	4659	3997	6749	1907	5872	2784	2677	5979	22%
Total	25819	34312	33147	36984	41581	28550	19668	50463	52,7%

Fonte: Hemeroteca do Arquivo Público do Estado de São Paulo

O recenseamento feito pelas instituições públicas foram enviadas as redações para publicação, não se sabe o formato pelo qual foi feito a coleta dos dados, como o número por amostra. Desta forma, não há confirmação verídica dos dados, se esses realmente retratam a realidade social. Porém, dentro do que se pode perceber no decorrer da escrita até o presente momento, mesmo não podendo haver afirmação sobre a veracidade dos fatos, me coloco em concordância

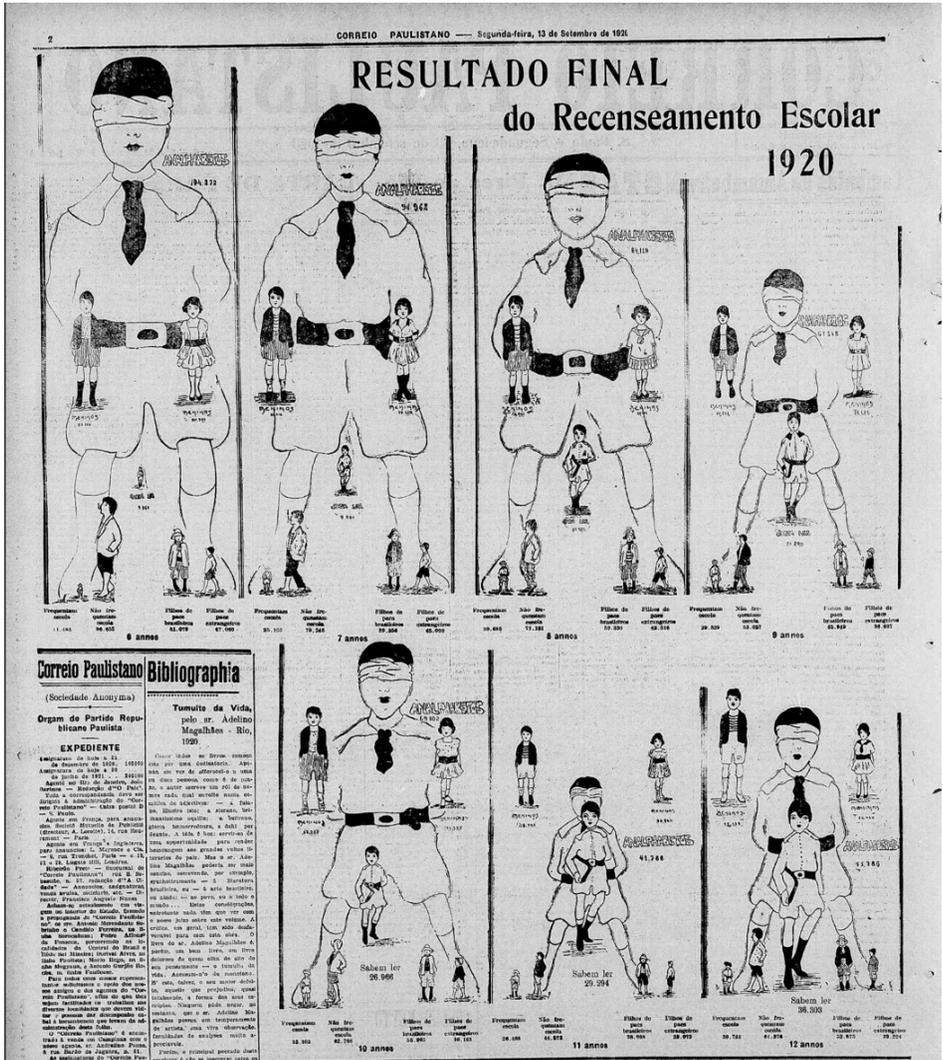
com ressalvas e com certo acréscimo de pessimismo com os dados apresentados.

Importante notar que a utilização de tabelas demonstrava o interesse da melhor compreensão pelos leitores dos respectivos jornais, pois anteriormente muitas das pesquisas e dados eram apresentados em formato de texto, o que dificultava a compreensão, principalmente por aqueles que não tinham o domínio parcial ou total da leitura.

Um fato que chama atenção é a busca por traduzir em dados os filhos oriundos de pais imigrantes que simbolizavam aproximadamente 70% somente na capital São Paulo. Importante observar que o número de crianças filhos de estrangeiros eram quase o triplo em relação ao número de crianças brasileiras. Muitas dessas crianças chegaram ao Brasil já com uma base de alfabetização muito avançada em seus respectivos países, assim, promover a frequência e alfabetização nas instituições de ensino simbolizava longo e difícil trabalho. Remontando o que outrora já apresentado a questão da conservação da língua materna.

Podemos ainda perceber na tabela acima que mesmo com uma frequência expressiva em números dos alunos nas escolas, em grande parte a composição desse número representava a situação precária frente ao sistema de alfabetização. Justamente essas problemáticas que rodeavam as discussões perante o projeto de reformulação do ensino na capital, já que mesmo proporcionando considerável rede de escolas dentro da cidade, não havia sucesso em combater o analfabetismo das crianças.

Figura 16 – Recenseamento publicado nas páginas do *Correio Paulistano* – 13 de setembro de 1920.



Fonte: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/090972/per090972_1920_20546.pdf.
Acesso em: 13 ago. 2024.

Tabela 5. Tabela produzida através dos dados apresentados na ilustração do recenseamento escolar de 1920 acima, *Correio Paulistano* – 13 de setembro de 1920.

Idade	Números de analfabetos totais (Meninos e Meninas)	Sabem Ler	Frequentam a escola	Não Frequentam	Pais brasileiros	Pais estrangeiros
6 anos	104.272	2.169	11.484	95.655	61.079	47.066
7 anos	94.262	9.384	25.102	79.245	59.256	45.090
8 anos	84.119	11.981	30.685	71.161	50.830	42.516
9 anos	61.348	21.200	29.529	53.627	45.949	56.607
10 anos	69.102	26.966	33.302	62.706	55.993	10.163
11 anos	41.788	20.294	26.488	44.572	38.988	33.872
12 anos	55.786	36.303	30.723	61.376	52.875	39.224

• Importante explicar que os números apresentados acima foram retirados do recenseamento exposto no jornal, e que alguns números foram interpretados devido a dificuldade de identificação.

Fonte: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/090972/per090972_1920_20546.pdf.
Acesso em: 13 ago. 2024.

Analisando os dados apresentados acima, percebe-se grande número de crianças analfabetas sempre em supra maioria em relação a aqueles que tinham o domínio da leitura, por vezes até mesmo representando 5 vezes mais. A discrepância acontece principalmente na faixa etária entre 6-10 anos, alguns pilares constituem minha reflexão baseados até o momento no que foi exposto em minha escrita: A falta de instituições de ensino nas proximidades; A falta de disponibilidade para os pais levarem as crianças as escolas; O trabalho infantil que era muito alto nas indústrias, principalmente a partir dos 6-7 anos; O grande número elevado de filhos de estrangeiros que por vezes já chegavam ao Brasil com certo avanço na aprendizagem de sua língua materna e por isso mantiveram o estudos particulares em casa.

Entretanto, os pontos apresentados acima não se apresentam como verdade única, mas sim, são reflexões que apresento ao leitor através dos prismas dos dados, relatos e fatos que norteiam a minha escrita até aqui. Baseado também na realidade social que apresentava a sociedade paulistana dentro do período em questão. Até mesmo a frequência desses alunos nos centros de ensino quem em nenhum dos casos foram superados pelos dados positivos de frequência, tornou-se pauta das discussões e planos de desenvolvimento do ensino no município por Oscar Thompson abordado anteriormente.

Tabela 6. Reprodução da tabela apresenta pelo recenseamento escolar de 1920. Porcentagem de analfabetos entre 7 e 12 anos e entre 6 e 11 anos.

Anos	Masc.	Femin.	Alfabe.	Analfa.	Freq.	N. Freq.	Brasilei.	Estrangei.	Total	Porcenta.
6-11	303839	260176	108446	455569	156091	407427	320507	243508	564015	80,7%
7-12	301590	246385	140892	407083	175830	372145	312303	275672	547975	74,2%

Fonte: Biblioteca Central da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Através da tabela acima representada, podemos observar em números totais assustadores índices educacionais na capital São Paulo, mais de 75% das crianças viviam na escuridão proporcionado pelo analfabetismo, ultrapassando até mesmo a casa dos 80% em certa faixa etária. João Cardoso Palma Filho (2010, p. 11), apresenta um dado importante para a construção desse imaginário em relação a época e sua disponibilidade do ensino, havia disponibilidade de 231 mil vagas escolares para uma população em idade de matrícula escolar de 380 mil crianças.

Essas crianças estão trabalhando? Não há escolas? O governo não procura controlar a frequência escolar dessas crianças? São questões que norteiam minhas reflexões e que continuam a gerar grande incompreensão do descaso governamental perante seus cidadãos.

Importante compreender que os movimentos educacionais inicializados pelos anarquistas mudaram as estruturas governamentais

propostas para a promoção da educação pública. O avanço das escolas integradas ao movimento nos bairros operários mais afastados, mas principalmente seus resultados apresentados no combate ao analfabetismo, exigia atitudes de mudanças por parte do governo da capital, esse que ainda mesmo com propostas em execução encontrava dificuldades para se estabelecer nos bairros periféricos, assim como, a frequência dos estudantes.

Dois pontos então se apresentam intrigantes em minha reflexão. Primeiro a verdadeira face dessas crianças em sua vida no dia a dia da cidade, que em outrora tenho refletido sobre o trabalho infantil nas fábricas, mas as motivações que levam ao estado a não resgatar esses cidadãos. Segundo ponto, a ausência da representação em dados os números de adultos que viviam inseridos na realidade do analfabetismo, e se as instituições escolares ligadas ao estado buscavam ofertar algo do tipo para retirá-los desse patamar obscuro.

Figura 17 – E. E. Conselheiro Antonio Prado (Barra Funda – São Paulo) – 1920.



Fonte: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1462446/icon1462446.jpg. Acesso em: 11 ago. 2024.

O sistema educacional libertário promovido pelos anarquistas se modulou ao longo do tempo e de forma inconstante, pois não posso deixar de dar ênfase a grande repressão sofrida nos centros educacionais libertários pelos órgãos governamentais. No qual, por muitas vezes foram fechados na tentativa do estado de barrar o avanço do ensino laico e revolucionário. Entretanto, muitos desses centros foram reabertos com novas nomenclaturas ou em novas localidades.

Assim expõem o jornal *A Plebe* em de seus artigos assinados por P., que dentro dos estudos e compreensões, não afirmo, mas acredito que o respectivo tenha sido produzido por João Penteado, e como forma de fugir da perseguição não reivindica a autoria do artigo, *A Escola Moderna ou racional*.

Que a escola racionalista é a escola do futuro não resta duvida. Basta ver o furor com que os governantes clericais e jezíticos desta terra investiram contra as modestas Escolas Modernas aqui existentes, mandando-as fechar como prejudiciais aos interesses das altas camarilhas de comerciantes, industriais e governantes jesuíticos, reacionários, ultra-conservadores e apoucados de juízo e de previsão social.

E os trabalhadores, diante disto, devem convencer-se de que não há meio algum que force a burguezia a deixar realizar a obra de evolução dos espíritos e da sociedade, e que só pela revolução é que poderão realizar as aspirações que os arrebatam e que constituem as suas necessidades. (*A Plebe*, São Paulo, ano. 4, n. 54, 28 fev. 1920, p. 4).

Como bem traduz Parra, a essência das Escolas Modernas e suas diferentes nuances no mundo:

Nas Escolas Modernas havia elementos que contribuíram para o desenvolvimento do método de ensino laico, da valorização da ciência e do acesso ao ensino a trabalhadores e seus filhos. Iniciativas semelhantes foram fundadas em diferentes países, como Espanha, Argentina, Brasil e Estado Unidos, porém foram fechadas por problemas políticos ou falta de recursos. (Parra, 2014, p. 42).

Adiciono aqui a exemplificação sobre as Escolas Modernas outrora expostas no texto; dentro do contexto da década de 1910 puderam exercer sua função de ensino através da legalidade, que não entrarei novamente nos tramites jurídicos. Entretanto, no ano de 1919 a instituição de n. 3 localizada no município de São Caetano fora atingida por forte explosão a qual não há direcionamento para suposto acusado ou mandante do atentado, havendo acusações opostas entre os periódicos *A Plebe*, que acusava a própria polícia de ter tramado a explosão, enquanto *O Estado de São Paulo*, apontava os próprios anarquistas de através de um ato faliu sofrerem os danos dos explosivos, como bem explica Parra (2019, p. 4).

O fato ocorrido em São Caetano deixou rastros profundos, além da morte de seu diretor José Alves e mais 3 anarquistas, o acontecimento fora utilizado pelo órgão governamental legislador do setor educacional para o fechamento por vez das escolas anarquistas. Oscar Thompson ordenou o fechamento das instituições (Escolas Moderna n. 1-2-3) com as prerrogativas pautadas nos dizeres da Lei n. 1.579 já citada, “Determinar o fechamento de qualquer escola particular desde que verifique ser esta prejudicial á moralidade publica, á saude dos alumnos, ou attentatoria da ordem.” (*Annuario da directoria de instrução publica do Estado de São Paulo*. São Paulo: Secretaria de Instrução do Estado de São Paulo, 1919. p. 112).

O fechamento das instituições de ensino de João Penteado não culminou no encerramento das atividades educacionais anarquistas na cidade de São Paulo, já que na década seguinte o respectivo voltaria a abrir nova instituição de ensino libertário, a Escola Nova. A instituição passou por algumas trocas de nomes, não há um significado ou circunstância exata para tal ato, mas em primeiro momento a alteração criou a Academia do Comércio Saldanha Marinho, posteriormente Escola Técnica de Comércio Saldanha Marinho, e, por fim, Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho. Até o encerramento definitivo das atividades até 2002.

Apesar das diferentes nuances apresentadas ao longo do capítulo, e de todas as revoluções propostas dentro do sistema de ensi-

no na capital pelos anarquistas, assim como, outras propostas formuladas durante os anos de 1920 pelo governo da capital. Somente houve grande avanço em relação ao sistema educacional na Constituição de 1934:

Art. 148. Cabe á União, aos Estados e aos Municipios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do paiz, bem como prestar assistencia ao trabalhador intellectual.

Art. 149. A educação é o direito de todos e deve ser ministrada pela familia e pelos poderes publicos, cumprindo a estes proporcionar-a a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no paiz, de modo que possibilite efficientes factores da vida moral e economica da Nação, e desenvolva num espirito brasileiro a consciencia da solidariedade humana.

Art. 153. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de accordo com os principios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos paes ou responsavies, e constituirá materia dos horarios nas escolas publicas primarias, secundarias, profissionaes e normaes. (Brasil, 1934).

Entretanto, deixo uma reflexão ao leitor, as mudanças constitucionais dentro do âmbito da educação foram consequências indiretas da organização de instituições libertárias não somente na cidade de São Paulo, mas que, apresentaram ao Estado o desenvolvimento educacional e os resultados das novas abordagens, obrigando-o a refletir sobre os caminhos traçados para o ensino e as novas rotas a serem designadas.

Capítulo 2

JOÃO PENTEADO, BOLETIM DA ESCOLA MODERNA E ANARQUISMO EM SÃO PAULO

João de Camargo Penteado foi um dos pilares do ensino anarquista através de um projeto muito maior do que até mesmo a própria ideologia. O educador anarquista nasceu na cidade paulista de Jaú em 4 de agosto de 1877, aprendeu a ler e escrever na mesma cidade, assim como, trabalhou no comércio e tipógrafo antes de lecionar. No ano de 1912 mudou-se para a capital São Paulo, importante compreender essa migração do pedagogo pois tinha o mesmo a visão sobre o movimento anarquista que crescia na cidade.

Dentro do respectivo ano de sua mudança, Penteado assume a direção da Escola Moderna n. 1, neste momento o instituto de ensino representava o pilar central do investimento anarquista na educação paulistana. Como breve síntese de sua vida, Penteado faleceu no município de São Paulo em 31 de dezembro de 1965. Fernando Antonio Peres, ainda explica:

Colaborou na imprensa anarquista e espírita. Participou da Comissão Executiva que dirigiu a União dos Trabalhadores Gráficos em São Paulo. Dirigiu uma associação dedicada ao ensino de cegos, também sediada no Belenzinho.

João Penteado foi uma figura multifacetária e fascinante. (Peres, 2010, p. 10).

Indiscutível o papel fundamental de Penteado para os questionamentos, reflexões e melhorias do ensino no município de São Paulo, as diretrizes libertárias propostas pelo pedagogo promoveram mudanças profundas em uma sociedade que ainda conservava os pilares da desigualdade social e educacional. Vale ressaltar como já apresentado outrora a educação na capital do estado encontrava-se totalmente

distante de solucionar as necessidades, e atender o público mais carente que habitavam os bairros operários.

Os fatores não somente se fizeram presentes no interior do movimento/classe, assim como, seus bons resultados e expansão fizeram com que os órgãos responsáveis pelo ensino na capital buscassem anular o papel do ensino libertário, buscando soluções para as problemáticas que promoviam os espaços necessários para o crescimento do ensino anarquista.

Angela Maria Souza Martins definiu muito bem os objetivos do ensino libertário:

Os anarquistas tinham como meta a mudança de consciência, ou seja, buscavam ações que pudessem discutir os valores tradicionais da sociedade e transformassem os valores presentes na consciência do homem contemporâneo. (Martins, 2006, p. 1)

Para o pedagogo libertário, o ensino era o caminho para o objetivo final que se empregava no bojo do movimento anarquista, a luta de classes, ou melhor dizendo a ascensão do proletariado.

Através das reflexões propostas no ensino libertário os componentes da classe trabalhadora além de discutir os valores como a autora acima explica, tinha por objetivo promover uma sociedade igualitária e democrática, em que todos os cidadãos inseridos viveriam em fraternidade. A inserção e vivência da classe trabalhadora em sua respectiva sociedade, podendo essa receber as mesmas oportunidades que os integrantes sociais, já se fazia presente no pensamento de Marx e Engels há muito tempo, o ensino como arma do capital intrigava o ser crítico dos pensadores, como bem explica Fernando Lionel Quiroga; Beatriz Aparecida Paolucci (2020, p. 3).

Como bem explica Tatiana Valéria Trevisan:

Nesse contexto, o processo educativo se apresenta relacionado às técnicas aplicadas com normas vigentes e valores compartilhados pelos indivíduos, no contexto de uma determinada sociedade, cultura e tempo histórico. Para a Sociologia, não há prática pedagógica

neutra, todas são construídas em meio a valores e normas. (Trevisan, 2013, p. 13).

Como criar uma sociedade sem exploração, se ela está arraigada nas mentalidades e forma de vida dos indivíduos? O excelente questionamento de Sílvio Gallo (2012, p. 170), em comunhão com o pensamento marxista demonstra de forma excepcional a dificuldade encontrada por aqueles que se propuseram a romper com as correntes culturais e estruturais que regem o social. Esse trabalhador que no seio do progresso industrial se observava cada vez mais distante dos frutos do seu trabalho. Afinal, como apresenta Quiroga e Paolucci, “A lógica da escolarização passa inevitavelmente pelo crivo das classes dominantes e, nesse sentido, deve ser pensada a partir dessa constatação preliminar.” (2020, p. 4).

O ensino libertário era muito além da aprendizagem, ler e escrever, algo que deveria ser depositado nas diferentes camadas etárias da sociedade, buscando o compreender da conjuntura legal que envolve o seu viver, as artes, literatura, visões de mundo, mas principalmente a solidariedade humana. O ensino empregado por Penteadado era muito além da escola, “construir uma escola que abarcasse a multiplicidade de culturas e identidades que aqueles bairros, tão distantes do centro urbano, guardavam consigo” (Pinto, 2019, p. 112), rompia as barreiras impostas pela sociedade, promovia aos seus espectadores novos olhares, pensamentos e reflexões: Quem sou eu? Qual mundo pertencço? Qual o meu papel?

O pedagogo libertário implementou em sua filosofia de ensino a Instrução Racionalista, protagonizada por Francisco Ferrer,¹ responsável pela fundação da Escola Moderna na cidade de Barcelona-ESP. A filosofia em questão visa o estabelecer da razão como única e indis-

1. Francisco Ferrer y Guardia, nasceu em 10 de janeiro de 1859 em Alella no interior da Catalunha-ESP, filho de pais camponeses, graças ao esforço de trabalho dos respectivos pode receber uma boa educação perante um país que sofria com as taxas de evasão escolar, frequentando até mesmo um colégio jesuíta, posteriormente aos 14 anos se muda para Barcelona para trabalhar e estudar, sendo inserido em um propósito questionador crescente que se fazia presente em Barcelona. O pensador e pedagogo anarquista foi responsável pela criação da Escola Moderna, no qual, visava a amplitude do pensamento libertário. Ferrer faleceu em 13 de outubro de 1909 em Barcelona.

pensável fonte para o desenvolvimento do conhecimento humano, ao homem nada além da razão é mais eficiente para a compreensão do universo e suas nuances. Aponta ainda os culpados:

A escola, com raras exceções, até aqui, tem sido um instrumento de exploração religiosa, dirigida, protegida e inspirada por padres, frades e caterva de ambos os sexos, com o intuito evidente de corromper o espírito da humanidade e desviar-o do caminho do progresso. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 3)

Para aqueles que se encontravam em situações inferiores nas sociedades em que viviam, a consciência dos pilares que constituem as mazelas em que estão inseridos, proporcionaram o protagonismo da luta social, controlando as decisões no bojo de sua comunidade. Desse modo, proporcionando melhorias e benefícios não somente para si, mas para o grupo social em que reside – o princípio do anarquismo, a retirada da individualidade e a inserção do coletivismo – como muito bem apontado por Rogério Cunha de Castro (2015, p. 14).

Ao longo da construção da presente escrita em diferentes momentos houve a abordagem sobre narrativas, conceitos e interações que o Estado brasileiro buscava com o ensino público, importante haver a compreensão de que as instituições regulamentadoras que constituíram o governo paulista dentro da *Primeira República* pautaram suas ações nas soluções para o ensino público, com a prerrogativa de enfrentar o atraso escolar que o país vivenciava. Entretanto, nota-se os raros momentos que os órgãos controladores direcionaram seus olhares para além do ensino, da instituição escola, ou seja, para o acesso das classes mais desfavorecidas ao respectivo.

Leôncio Basbaum, apresenta a evolução do número de matrículas nas instituições de ensino básico da cidade de São Paulo, a partir do fim do século XIX e a terceira década do século XX, sendo regido esse aumento pelas reformas educacionais em que a cidade sofreu na década de 1920, segundo o autor em 1930 o município contou com 30% da matrícula da população em idade escolar (1962, p. 283). Justamente nessa fresta entre o ideal e a realidade que o ensino libertário e

suas instituições se forjaram e aproximaram daqueles que se encontravam fora dos dados apresentados.

Palma Filho, nos apresenta uma reflexão muito pertinente em relação aos caminhos traçados pelo ensino público em nosso país:

Situação que se agravava em razão de que: a herança cultural havia sido criada a partir da importação de modelos provenientes da Europa; a estratificação social, predominantemente dicotômica na época colonial, havia destinado à escola apenas parte da aristocracia ociosa. Essa demanda social de educação, mesmo quando englobou no seu perfil os estratos médios urbanos, procurou sempre na escola uma forma de adquirir e manter status, alimentando, além disso, um preconceito contra o trabalho que não fosse o intelectual. (Palma Filho, 2010, p. 13).

Justamente no interior do campo da ausência estatal na vida dos trabalhadores que em suma constituíam as classes mais pobres, o ensino anarquista e pedagogos como João Penteado atuaram com a prerrogativa de reverterem o quadro exposto, assim como, proporcionarem melhorias no bojo da classe, buscando levar o mínimo dentro de um ambiente que não se sentia parte da sociedade em direitos, somente em números.

Como bem explica Luciana Eliza dos Santos:

A escola não deveria, portanto, constituir um espaço no qual fossem acentuadas as desigualdades de classes manifestas na sociedade, mas, pelo contrário, deveria representar um espaço aberto a todos, compreendido a partir da aspiração à solidariedade como elemento estruturante. (Santos, 2009, p. 78).

Solidariedade, essa é a palavra que definiu e construiu as pontes necessários para o projeto pedagógico anarquista em relação ao ensino na capital, Peres (2006) ainda salienta que dentre as diversas filosofias educacionais que circularam na cidade de São Paulo no começo do século XX, o projeto anarquista conseguiu obter maior êxito e importância justamente pela aproximação entre professor (pedagogo)

e aluno. Ainda relata, “As escolas anarquistas foram espaços de disputa dos corações e das mentes dos atores sociais que circulavam pelos bairros em que estavam instaladas.” (Peres, 2006, p. 137).

A aceitação e adesão da população ao movimento anarquista, quando apresento esse quesito me direciono as famílias que estavam frequentando o ambiente escolar do movimento revolucionário, vem de encontro justamente por dialogar com as problemáticas sociais que os respectivos enfrentavam diariamente. Deste modo, a disseminação do ideal anarquista, assim como, seu projeto educacional em muitos momentos fora recebido com entusiasmo pelos trabalhadores da capital, como bem explica Peres (2006, p. 141).

Utilizando como base o pensamento exposto anteriormente da adesão ao ensino libertário e a frequência desses alunos no ambiente escolar, traduzo as expectativas em números seguindo os dados apresentados pelo *Boletim da Escola Moderna* n. 1 de 1918:

O movimento desta escola durante o mez de Setembro foi o seguinte: comparecimentos, 1.103; frequência media, 41; falhas. 362; dias lectivos, 23; numero total de alumnos, nos diversos cursos, 81, dos quaes 64 dos cursos preliminares diurnos e nocturnos e 16 do curso de preparatórios e dactylographia. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918)

Dentro do respectivo ano de 1918 entre os meses de outubro e novembro a escola teve suas atividades interrompidas pela epidemia de gripe espanhola,² porém como bem apresenta Marina Centurion Dardani (2021, p. 138), com ajuda de diferentes seguimentos da sociedade como associações operárias e a maçonaria, a instituição pode reabrir suas portas ao fim daquele mesmo ano.

Destaco a importância da educação adulta inspirado nos dizeres citados acima, muito além da juventude que por natureza social já estariam inseridos dentro do viés escolar, aqueles que não obtiveram

2. A epidemia matou 1% da população paulistana, apresentou-se como uma das mais letais na história, a falta de saneamento básico e infraestrutura da saúde pública ficou evidente durante o período. Muitos cemitérios como do Braz e Consolação passaram a receberem iluminação para que houvesse sepultamentos noturnos.

as mesmas oportunidades no passado longo, tinham a chance de muito além de frequentar um centro de ensino, mais sim, mudança de vida, já que um trabalhador letrado e consciente dos seus direitos estaria liberto das grades que o aprisionava na miséria social. Sendo o próprio dono das rédeas que regem seu futuro/sua vida.

Segundo ainda Castro (2015, p. 16) Penteadó buscou difundir entre a juventude da classe trabalhadora três princípios – ação direta, mutualismo e federalismo – ou seja, a classe trabalhadora através do conhecimento se liberta das mazelas que os aprende, assim buscando através de ações diretas as mudanças que beneficiam os distintos agrupamentos sociais que compõem uma classe mais ampla.

2.1 Boletim da Escola Moderna

O boletim informativo orquestrado por João Penteadó, então diretor da Escola Moderna, conta com apenas 3 exemplares disponíveis havendo o recorte temporal de 1918-1919, o primeiro exemplar obteve sua publicação na data de 13 de outubro de 1918, o segundo número chegou as ruas em 18 de março de 1919, já o terceiro ficou disponível em 01 de maio de 1919, com variação da paginação entre 4-8 laudas, no padrão jornalístico tabloide. O respectivo meio informativo se apresentava disponível na sede da instituição de ensino e em alguns outros centros sociais importantes, como sindicatos.

O documento informativo apresentou-se da seguinte forma:

Apparece hoje, pela primeira vez, o Boletim da Escola Moderna, cuja publicação nos preocupava o espirito desde muito e só agora, sob a sugestão da data de 13 de outubro, pôde tornar-se uma realidade.

Assim é que, apesar da exiguidade de formato com que se apresenta, o Boletim da Escola Moderna poderá prestar valiosíssima contribuição para a obra de propaganda racionalista, que temos empreendido, servindo de vehiculo para a disseminação das modernas correntes de ideias que tendem a rehabilitar a humanidade para a vida, redimindo-a e tornando-a livre e feliz. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 2).

O diretor e redator do jornal, contou com o auxílio na publicação/escrita de artigos de Pinho de Riga (pseudônimo de Adelino Tavares de Pinho, anarquista português, sendo um dos aliados de Penteadó no desenvolvimento da Escola Moderna em São Paulo e professor da Escola Moderna n. 2),³ Beato de Azevedo (não houve a identificação do pseudônimo, assim como, da verdadeira identidade), Edmundo de Amicis (anarquista brasileiro), Elmano de Andrade (anarquista brasileiro), Astrojildo Pereira (anarquista brasileiro, fundador do Partido Comunista Brasileiro), Eliseu Reclus (anarquista francês), Alvaro Palmeira (anarquista brasileiro). Vale ressaltar ao leitor que muitos militantes durante a *Primeira República* utilizavam pseudônimos como forma de fugir das perseguições e opressões decorrentes.

O primeiro exemplar traz consigo a homenagem e publicação na data simbólica do nono *aniversário* de morte do anarquista espanhol Francisco Ferrer, em que outrora fora abordado ao longo do texto sobre sua trajetória e importância, “Homenagem a Francisco Ferrer – Racionalismo Humanitário” (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 1) anunciava sua manchete o boletim informativo. Apresentava:

Hoje, dia em que se comemora o 9º aniversário da morte do apóstolo da Humanidade, justo é que, estampando seu clichê, traslademos também, para estas columnas, o seu magistral artigo, cuja leitura recomendamos a todos aqueles que desejam saber quaes são os planos e finalidades da obra da Escola Moderna. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 1).

O documento informativo trouxe em seu bojo a reflexão muito além de seu tempo, a realidade momentânea e as expectativas que regiam o instituto dava espaço para noção racionalista de que o progresso não estava ao controle de seus diretores e professores, muito pelo contrário as ações ali desenvolvidas surtiam efeitos colaterais na sociedade hierarquizada e opressora, transformando o saber libertário

3. Em alguns outros momentos ao longo da escrita de artigos nas páginas do boletim, Pinho de Riga se apresentou com o seu verdadeiro nome, Adelino de Pinho, assumindo a autoria da escrita.

no principal inimigo do Estado, ou seja, daqueles que controlam os meios. Assim como o próprio jornal traduz suas expectativas:

O ensino racionalista e científico da Escola Moderna há de acabar, como se vê, o estudo de tudo o que seja favorável á liberdade do individuo e á harmonia da collectividade, mediante um regimen de paz, amor e bem estar para todos, sem distinção de classes, nem de sexos. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 1)

A clareza, veracidade e aproximação daqueles que controlavam a instituição com seu público-alvo se transforma na principal arma para conquistar os intelectos que estavam perdidos ou sem esperança em uma sociedade que não permitia o germinar do progresso.

Fato importante apresentado pela autora Dardani (2021, p. 137) é a organização e publicação de um jornal pelos próprios alunos da instituição, fomentando assim a rede de comunicação e inserindo na vida desses acadêmicos o ânseio pela leitura e denúncia da causa social. Entretanto, o boletim deixa explícito que o jornal *O Início*⁴, estaria cedendo seu espaço de publicação e porta-voz para o *Boletim da Escola Moderna*, simplesmente pela ausência de verbas na manutenção dos respectivos. Descrevendo que interrupção não significava o encerramento perpétuo:

E é esse o nosso desejo, porque entendemos que os alumnos também precisam de exercitar-se na imprensa, afim de se habilitarem para a luta do pensamento na sua cooperação para o progresso moral e intelectual da Humanidade. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 4)

Dentro da realidade apresentada de interrupção e até mesmo perseguição contra aqueles que almejavam a liberdade intelectual de uma sociedade enraizada na cultura elitizada e sua estrutura de alienação política/social, houve plena discordância por parte dos redatores e administradores do centro de ensino, acusavam o próprio estado pelas mazelas educacionais que afligiam os menos favorecidos,

4.

transformando a arte de educar em uma disputa pelo controle. Assim como, afirma, “O Estado apoderou-se da Escola e é inútil fazer-lhe o processo. Esta guerra, a mais terrível, calamitosa e desgraçada das guerras, é obra da Escola ao serviço do Estado.” (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 3).

Importante ressaltar que a instituição de ensino anarquista não era mantida com subsídios governamentais, diferente de outros centros educacionais. Basicamente seu funcionamento dependia de doações ou arrecadações em eventos proporcionados pela escola. O boletim informativo buscou transformar essas informações em dados, apontando aqueles que contribuíam para a manutenção e resistência do centro libertário.

Observaremos nas tabelas abaixo 7-8-9, os respectivos dados sendo apresentados aos leitores com objetivo de manter a transparência que sempre fora um dos pilares da ideologia libertadora:

Tabela 7. Valores de entrada nos cofres da Escola Moderna n. 1

Doadores e Valores			
S. Resistencia dos Laminadores de S. Caetano	50\$000	Gen. Cialdini	1\$000
Loja Guglielmo Marconi	10\$000	Biaggio Marchette	1\$000
Aristildes Bacco	1\$000	C. Bounaccio	1\$000
Eugenio Di Gravio	2\$000	Antonio Branda	1\$000
Pedro Frisciotti	2\$000	Antonio V. Irmão	1\$000
Nicolau D`Amore	\$500	Francisco Passale	2\$000
Joaquim Mathias Batista	1\$000	Libano Belluni	\$500
Liga dos Padeiros e Confeiteiros	5\$000	Syndicato Proletario de Sabaúna	10\$000
Bacchiani José (União dos Artifices em Calçadas)	1\$000	Mario Faggion	1\$000
Domingos Garofalo (União dos Artifices em Calçadas)	1\$000	Leopoldo Ruiz	1\$000

Eduardo Accico (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	União dos Chapeleiros de S. Paulo	50\$000
José Miranda (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Sindicato dos Canteiros de Lageado	20\$000
Catalo Santoro (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Domingos Dalle Nogare	1\$000
Luiz Pellegrino (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Aleixo Dalle Nogare	1\$000
Vicente Vella (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Elisa Dalle Nogare	\$500
Pedro Pichinin (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Amabile Andreali	\$500
Balthazar Barroso (União dos Artífices em Calçadas)	2\$000	Adelino Pinho	5\$000
Carlos Santoro (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Antonio Musitano	2\$000
Salvador Juliano (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Jacob Kuchcinski	5\$000
José Scarpelli (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Manoel Antonio	2\$000
João Scarpelli (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	José Pires de Campos (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000
Francisco Farcione (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Pedro Borille (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000
F. Garcia (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	Nicola Nostraianni (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000
Emilio Bueno (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000	José Penha Filho (União dos Artífices em Calçadas)	1\$000

Fonte: *Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 2, 18 mar. 1919.

Tabela 8. Valores retirados dos cofres da Escola Moderna n. 1

Gastos e Valores	
Enfeites para as salas	7\$000
Sellos e papel	5\$000
1 cliché	7\$000
300 postaes	12\$000
Diversas despesas	5\$000
500 exemplares do Boletim	30\$000
Convites impressos	15\$000

Fonte: *Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 2, 18 mar. 1919.

Tabela 9. Resultados para a sociedade Escola Moderna n. 1-2

outubro		fevereiro	
Entrada	199\$000	Entrada	91\$700
Saida	81\$000	Saida	51\$800
Saldo	118\$000	Saldo	39\$900

Fonte: *Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 2, 18 mar. 1919.

Com a prerrogativa de arrecadar fundos para manutenção da instituição, seus diretores organizavam com constância festividades, sempre com inúmeras atrações, apresenta-se um viés muito importante que fora visto no bojo do movimento anarquista a tentativa de aproximação e união dos trabalhadores, muito além estava a consciência. Como pode ser observado no convite abaixo:

Realizar-se-á na nossa sede, a 17 de maio, ás 8 horas da noite, a festa comemorativa do 7º aniversario de fundação da Escola Moderna n. 1, devendo executar-se um programma variado e attrahente, que constará de recitação de poesias e cantos de hymnos pelos alumnos, conferencia, baile familiar e kermesse. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 5).

Manutenção da escola:

A festa deu resultado liquido de 50\$000 em beneficio da escola. O Sindicato de Resistencia dos Laminadores de S. Caetano resolveu em

assembléa realizada em Agosto deste anno, dar um auxilio de 10\$000 mensaes para a manutenção da Escola Moderna. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 3)

Percebesse o apoio de muitas redes de sindicatos empresas e pessoas físicas. As doações eram utilizadas para manter as atividades das escolas, como pagamento de professores, contas mensais e compra de materiais para o desenvolvimento dos alunos.

Ainda dentro da perspectiva de transparência e informação almejado pelos redatores e administradores das Escolas Modernas n. 1-2, dentro do boletim informativo apresentou-se também as classes existentes dentro da instituição – 1º Ano; 2º Ano; 3º Ano; Curso Primário Noturno; Curso de Datilografia, Português e Aritmética. Desta forma, como outrora apresentado havia até mesmo como informação publica a frequência desses respectivos alunos no âmbito escolar e a quantidade de alunos matriculados na instituição.

Dado importante o meio informativo escolar trazia consigo além das propostas de reflexões através de seus artigos e outras informações adicionais, os nomes dos alunos que estavam frequentando a escola, como pode ser observado na citação a seguir, “3º ano B: Jandyra Sarzedas, José Alves, Jorge Maia, Leopoldo Ruiz e Alexandre Ferreira Pinto.” (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 4).

Como podemos observas nas tabelas abaixo:

Tabela 10. Número de alunos da Escola Moderna n. 1 - 1918

Alunos Escola Moderna n. 1						
1º ano A	1º ano B	2º ano	3º ano A	3º ano B	Curso Primário Noturno	Curso de Datilografia
20	9	4	6	5	24	17
Total de alunos: 81		Alunos Diurnos: 64			Alunos Noturnos: 16	

Fonte: *Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918.

Tabela 11. Número de alunos da Escola Moderna n. 1 - 1919

Alunos Escola Moderna n. 1						
1º ano A	1º ano B	2º ano	3º ano A	3º ano B	Curso Primário Noturno	Curso de Datilografia
15	12	7	7	7	16	8
Total de alunos: 72		Alunos Diurnos: 48			Alunos Noturnos: 24	

Fonte: *Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 2, 18 mar. 1919.

Há 3 pontos que pretendo abordar neste momento após análise dos respectivos dados apresentados pela instituição libertária:

- 1-Percebe-se dois fatores em relação ao número de alunos por turma entre os anos de 1918-1919: As turmas do 1º ano têm diminuído em grau menor, já as outras turmas do período da manhã aumentaram seus alunos. Quando seguimos adiante nos cursos que eram oferecidos aos alunos com maioridade no período noturno houve grande queda nas matrículas, representando o despertar e procurar dos trabalhadores por cursos profissionalizantes.
- 2-Em alguns casos na apresentação dos nomes houve a inserção do adjetivo *Dona*, dentro do dialeto social referindo-se a uma pessoa idosa ou com idade superior. Deste modo, percebe-se que além da juventude pessoas em outros estágios da vida buscavam o conhecimento libertário.
- 3-Outro caso interessante exposto, além da busca pela formação básica noturna, alguns adultos como o caso de Leopoldo Ruiz, frequentou também o curso de datilografia, representando a busca por melhores condições intelectuais que pudessem proporcionar novos empregos, alterando a renda.

Além da questão do ensino primário e profissionalizante o centro de ensino oferecia também aulas de idiomas para seus alunos no contraturno as aulas, o curso era oferecido por um dos integrantes do movimento o italiano Cleto Trombette, que como o próprio boletim

informa apesar do seu status de nascimento apresentava pleno domínio de ambas as línguas. Deste modo, as aulas prosseguiram da seguinte forma: 3 vezes na semana no horário das 19 às 21 horas da noite.

O método de ensino buscava fugir os padrões a época, na tentativa de construir pontes de diálogo entre aquele que ensina e o receptor, havendo maior compreensão e aproveitamento dos alunos dentro de situações que realmente compactuavam com a realidade. Como o próprio boletim explica, “O methodo adoptado para o ensino dessas línguas será o mais pratico e intuitivo possível, de mofo a garantir o aproveitamento dos alumnos.” (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 1, 13 out. 1918, p. 4).

A última edição do *Boletim da Escola Moderna* n. 3-4, circulou nas ruas da cidade de São Paulo no 1º de maio de 1919, uma data muito representativa ao movimento trabalhista, com significância além do número, luta e resistência. Deste modo, além das informações refletidas e apresentadas outrora, neste momento os editores buscaram através do seu poder de fala discutir e propor novas reflexões aos seus leitores sobre a realidade da classe trabalhadora e a construção do futuro para as novas gerações.

A seguir apresentarei algumas dessas reflexões feitas dentro de artigos dos importantes editores do meio informativo:

Edmundo de Amicis – *Aos Meninos*:

Não, os vossos filhos não terão mais, pensando na infância dos trabalhadores, a visão horripilante que nos enche de tristeza e de vergonha.

Sim, isto é o futuro, como é verdade que nos asila a terra e nos ilumina o sol. E vós, crianças, fixai na mente a data do 1º de Maio, que nada talvez vos diz ainda. Um dia chegará em que também signifique para vós: concordia, esperança, victoria, pacificação. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 2).

Adelino de Pinho – *Novos Horisontes/Novas Esperanças*:

Indubitavelmente, estamos assistindo ao espectáculo mais curioso e promissor que já foi dado contemplar a olhos humanos.

É um mundo velho cheio de podridões e tyrannias que se desmorona com um fragor estrepitoso e que nenhuma saudade deixa, pelo contrario, sente toda a gente um bem estar de allivio, lamentando não ter sido há mais tempo. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 2).

Elmano de Andrade – *A instrução Racional – Base da Liberdade Humana*:

Illustre pedagoga escreveu um dia que a escola é o baluarte contra o vicio, a corrupção e o crime; é o poema de amor que embala a criança nos seus primeiros annos, deixando-lhe tristes ou amoráveis recordações consoante foi para ella uma prisão ou um lugar de prazer. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 3).

Alvaro Palmeira – *A Escola*:

A escola deve ser a preparação da vida.

Sendo a vida o exercício amplo e fecundo da intelligência, da affectividade e da vontade, a escola evidentemente ha-de encaminhar o alumno para as maravilhas sumptuárias das sciencias, para o esplendor cantante das artes, para a grandeza intensa das industrias. Desvendará os olhos do estudioso ao que é Verdadeiro, ao que é Bello e ao que é Util. (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 8).

Qual o motivo em trazer essas diferentes temáticas abordadas? Através dos escritos abordados percebesse a variedade temática explorada pelos autores ao longo das páginas do meio informativo, assim como, a relação proposta entre o fato e a realidade, sempre buscando a reflexão histórica no presente, com o intuito de dinamizar a compreensão das distintas realidades que se apresentam na vida dos múltiplos cidadãos que se aglomeram no bojo da exploração social e fabril.

Dentro da conjuntura administrativa do sistema educacional libertário e seus editores, havia a crença de que as mazelas vivenciadas na capital eram frutos das próprias organizações sociais que regiam a sociedade. As desigualdades são necessárias para o viver do capital, e

seres sem liberdade intelectual vivendo na escuridão do ensino (analfabetismo) se fazem presentes/vigentes na essência da exploração, “Todos os sistemas educativos são os reflexos da sua organização social.” (*Boletim da Escola Moderna*, São Paulo, ano 1, n. 3-4, 01 mai. 1919, p. 4).

2.2. João Penteadó e o anarquismo

Perceptível ao longo da escrita até o momento a relevância do ensino anarquista, mesmo sendo um grupo minoritário dentro da conjuntura ideológica e política da sociedade paulistana, os anarquistas puderam ocupar lugares de destaques nas soluções das problemáticas educacionais da cidade de São Paulo, que na esfera pública apresenta inúmeras falhas na tentativa de compor um sistema educacional de qualidade e que abrangesse a todos os seus cidadãos.

João Penteadó uma das figuras mais importantes do movimento anarquista na capital proporcionou o desenvolvimento do ensino libertário. Porém, surge a reflexão da relação entre o pedagogo e o movimento anarquista que a cada dia ganhava mais corpo e voz no município.

A partir dos primeiros anos de 1900, o pedagogo começou a ter contato com a filosofia educacional que se espalhava e progredia no Brasil através da figura de Oreste Ristori (1874-1946),⁵ a proposta pedagógica chamou atenção de Penteadó e sua migração do interior do estado para a capital apresentou-se como fundamental para o início da sua consolidação no movimento. Dentro do município o pedagogo pode ter mais contato com as atividades anarquistas, mas principalmente a rede de comunicação que envolve a imprensa libertadora, anticlerical, como outrora apresentada.

5. Oreste Ristori, foi um anarquista italiano que migrou para o Brasil nos primeiros anos de 1900, militando principalmente na luta contra a exploração em que seus conterrâneos estavam inseridos na sociedade da época, até mesmo proporcionou campanhas contra a imigração para o Brasil relatando as múltiplas realidades do país do café. O libertário chegou a editar o meio de comunicação *La Battaglia*, que tinha como alvo principal esses imigrantes e o disseminar da ideologia anarquista, além do grupo editorial o italiano buscou progredir no inserir do ensino libertário no país.

Como bem explica Fernando Antonio Peres (2010, p. 105), o movimento educacional liderado por João Penteadó visava a alfabetização de crianças e adultos, mas não somente filhos de operários, nos períodos diurno e noturnos com já destacado. Assim, para além da alfabetização havia a preocupação pelo pedagogo em proporcionar melhores condições intelectuais que efetuassem mudanças sociais para esses respectivos como denomino, trabalhadores-alunos.

Seguindo a premissa do pedagogo anarquista Francisco Ferrer y Gaurdia, dentro das instituições de ensino ligadas ao movimento deveriam ser banidos exames, castigos e prêmios, havendo a não exclusão daqueles que apresentassem dificuldades, não espelhando dentro de suas salas de aulas a desigualdade social opressora. Deste modo, o pensamento exposto acima fora trazido por Penteadó para a cidade de São Paulo, com intuito de consolidar o movimento anarquista no bojo da classe operária através do ensino – libertário, antidogmático, racionalista – além de proporcionar a liberdade reflexiva pelo desenvolvimento intelectual e motoro, como com o ensino das artes.

Percebesse mesmo que um pouco afastado das práticas radicais do movimento anarquista no município, o pedagogo buscava transformar e inserir a tão almejada consciência de classe no pensamento das gerações que constituiriam o futuro do anarquismo na cidade. Penteadó, além do seu tempo refletiu o futuro em seu presente, libertando e mudando as realidades dos filhos daqueles que estavam sofrendo as explorações que o capital proporcionava.

Penteadó esteve interinamente ligado ao movimento anarquista da capital, e principalmente a imprensa libertaria, participando ativamente do jornal *A Lanterna*⁶, um dos meios de comunicação e informação anarquista mais importante do período. Calsavara (2012, p. 19), apresenta que no ressurgir do jornal anticlerical fora expressado um convite para a realização de uma conferência na capital para o debate de temáticas relacionadas, entre aqueles que assinam o convite está o pedagogo libertário.

6. Além do jornal exposto, houve participação direta de João Penteadó em outros veículos de informações: *A Vida*; *A Terra Livre*; *A Plebe*; *A Rebelião*; *Guerra Social*.

Deste modo, percebesse a intensa atividade do diretor da Escola Moderna, não somente na disseminação do conhecimento através dos quadros e livros no reduto institucional acadêmico, mas como, nas ruas da capital juntamente com aqueles que dentro repressão buscavam a liberdade dos operários. Houve necessidade por parte das ações anarquistas realizar a união de todas as suas nuances que agiam nas diferentes brechas do Estado, para que consolidasse o movimento no bojo da classe operária e transformasse seu refletir e ação.

Explico em minha Dissertação de Mestrado, Barrientos (2023, p. 122), houve grande comoção e o traçar de estratégias por parte dos anarquistas e suas diferentes agremiações para a promoção da instrução libertária à classe operária, com ênfase nas suas crianças, consideradas o futuro do movimento e a ponte para as famílias que ainda encontravam longevas do conhecimento e luta.

De forma sensível e sensata Souza descreve os propósitos do pedagogo:

João Penteado procurou assegurar a autonomia e a autogestão institucional e pedagógica, promovendo um ensino antiautoritário sob o método racionalista, desenvolvendo a coeducação dos sexos e das classes e buscando desenvolver o espírito crítico, a solidariedade e o sentimento de justiça. (Souza, 2022, p. 368-369).

Entretanto, criasse no teor textual a expectativa do ensino ideológico anarquistas nas salas de aula da instituição libertaria, muito pelo contrário, o diretor buscou sempre proporcionar aos seus espectadores o ensino liberto de todas as amarras ideológicas que estavam presentes na realidade social. Justamente, o ensino libertário se traduz na não proliferação ideológica única, mas sim, a expansão do conhecimento liberto das influências e desejos, o adquirir do saber limpo e próspero, compreender e refletir sobre tudo e todos que estiveram e estão na história.

Apresenta-se 2 reflexões importantes:

1-O Estado visava e buscava inibir o ensino anarquista na capital, acusando-a de promover o ensino revolucionário que

doutrinaria as crianças e causaria diversos conflitos no bojo das relações estatais e sociais.

2-O distanciamento em número e grau entre João Penteadado e o movimento anarquista, através de sua neutralidade no ensino e a não radicalização.

Partindo da primeira reflexão, João Penteadado buscou demonstrar ao Estado em suas inúmeras tentativas de acusação e *desculpas* para o fechamento da instituição libertária que até o momento proporcionava grandes avanços no sistema educacional, que por mais que houvesse sim a ligação ao movimento anarquista operário, esse mesmo não se refletia no ensino, que na verdade priorizava e designava a liberdade do conhecer e refletir ao seus alunos, como bem explica Luciana Eliza dos Santos (2022, p. 163).

O segundo pressuposto, do distanciamento entre o movimento e o diretor da escolar, explico que esse fato está inserido entre as paredes das salas de aula. João Penteadado frequentava com constância os eventos do movimento na capital, porém, dentro do instituto buscava apresentar o ensino libertário que de muito longe buscava a comunhão na propagação dos ideais anarquistas, mas ao contrário, proporcionar aos alunos a liberdade do pensar e conhecer novas filosofias e fatos.

Em comunhão ao pensamento de Santos (2023, p. 11-12), muito importante compreender o papel do movimento anarquista através da figura do diretor da Escola Moderna, assim como tantos outros que desempenharam esse papel pedagógico, na busca por transformar a memória em resistência, constituindo o mundo dos saberes através de experiências sociais e intelectuais.

Até mesmo por ter essa aproximação tão íntima com o movimento na visão social, as escolas dirigidas e com contribuição do pedagogo libertário, sofreram fortes repressões do estado em vigência a partir do ano de 1919, havendo fechamento de algumas instituições. De certo modo, na conjuntura hierárquica sobre a regência do capital no bojo do estado, estar vinculado ao movimento anarquista trouxe muitos problemas para o ensino libertário.

Me levo a refletir nas premissas da mudança do olhar na relação – João Penteadó e o Movimento Anarquista Operário – se apresenta estanho dizer que os dois deixaram de comungar do mesmo cálice, porém, me parece mais tranquilo dizer que o afastamento se apresentou como necessário para o progresso em períodos futuros. Lutar contra as armas do Estado requer abrir mão ficcional de muitas relações e objetivos.

Entretanto, deixo explícito que Penteadó muito pelo contrário continuou mantendo suas relações próximas ao movimento que lutava pela causa operária, porém, de forma mais sutil e muitas vezes impercível em prol do existir do ensino libertário e seu trabalho na comunidade, que para esse sim era a verdadeira revolução social.

Calsavara (2012, p. 31), apresenta hipótese muito importante para a ruptura entre o movimento anarquista e João Penteadó posteriormente a década de 1940, me coloco em plena comunhão com seu pensamento, esse distanciamento pode ser refletido com a possível decisão de buscar caminhos que assegurassem o funcionamento de sua instituição de ensino, Colégio Saldanha Marinho.

Tabela 12. Fases e Nomes da Escola Moderna

Fases da Escola Moderna	
Escola Moderna	1912-1919
Escola Nova	1920-1923
Academia de Comércio Saldanha Marinho	1924-1943
Escola Técnica do Comércio Saldanha Marinho	1944-1961
Ginásio e Escola Técnica Saldanha Marinho	1948-1961
Colégio Saldanha Marinho	1961-2002

Fonte: CALSAVARA, Tatiana da Silva. A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Penteadó – Estratégias de Sobrevivência Pós anos 20. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 33.

Importante refletirmos principalmente as circunstâncias a qual o movimento libertário e sua rede de ensino estavam inseridos, afinal, o período de 1930 até 1945 representou a ascensão e consolidação da figura de Getúlio Vargas (1882-1954) no governo do Brasil. O respectivo controle estatal promovido perseguiu diferentes pessoas e fechou inúmeras instituições que estariam segundo as atas governamentais ligadas a ideologia comunista.

Figura 18 – Prontuário expedido pelo DEOPS/SP sobre João Penteado no ano de 1946

		SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
		DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	
Cutis		Ficha n.º	Nome: = <u>JOÃO PENTEADO</u> =
Cabelos		Data: <u>31/7/46</u>	Vulgo:
Bigodes	= <u>Revisão</u> =	<u>27-5-1961</u>	Prontuário Delegacia n.º = <u>230</u> =
Olhos			Prontuário geral n.º
Estatura			Atividade
Marcas	= <u>Glorinha</u> = Magnolia		
Filiação: — Pai: <u>Joaquim Penteado</u>		Mãe: <u>Izabel Penteado</u>	
Idade: _____ anos, Nascido em <u>4</u> de <u>Agosto</u> de <u>1877</u> Sexo: <u>masc.</u>			
Nacionalidade: <u>Brasileiro</u>		Natural de: <u>São Paulo Capital</u>	
Estado civil: <u>Solteiro</u>		Profissão: <u>Typografo</u>	
Ordenado: Cr.\$ _____		Local de trabalho: _____	
Residências: <u>R. Saldanha Marinho nº 63</u>		<u>Capital</u>	
É sindicalizado? _____		Sindicato e locais que costuma frequentar: _____	

T. D. I. - Mod. 67

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.arquivosestado.sp.gov.br/web/digitalizado/textual/deops_ficha. Acesso em: 12 fev. 2025.

Basicamente todas as instituições que estivesse mantiveram ligações com a esquerda revolucionária sofreram sanções governamentais – periódicos, partidos, escolas – seguindo a hipótese da autora, entendeu-se que Penteado buscou sobressair aos processos de impedimento da existência de sua escola, outrora fora deflagrado pelo governo do Estado de São Paulo, como já explicado no capítulo anterior.

Entretanto, não tenho por intenção dentro desta escrita discutir os meios pelo qual o Brasil foi governado durante o período varguis-

ta, assim como, os meios legislativos utilizados pela regência do país para oprimir os movimentos sociais e seus integrantes. Deixo esse espaço aberto para uma futura discussão em um segundo volume.

Considerações finais

Não busco trazer ao leitor conclusões concretas, na verdade além dos fatos e dados a respeito do meio educacional proposta na cidade de São Paulo e a realidade vivida, a presente escrita tem por intenção habitar o imaginário do leitor, deixando importantes questionamentos que comungam com a realidade no presente.

O ensino libertário não foi a salvação ou conseguiu promover mudanças radicais no sistema público de educação da cidade de São Paulo, mas sim, pode dentro do contexto da classe operária proporcionar novas reflexões, atitudes e mudanças que ganharam respaldos e representaram novos contextos para as pessoas que estavam esquecidas pelo estado.

Refletir o anarquismo como a solução de muitos problemas durante a *Primeira República* não tem minha comunhão na conjuntura reflexiva, muito pelo contrário, a ideologia libertadora trouxe a cidade de São Paulo uma nova perspectiva social de organização do micro e do macro para que houvesse igualdade dentro dos direitos básicos, a vida.

A ideologia libertadora adentra nos espaços desiguais com o objetivo de fazer com que os cidadãos que representam as classes que estão inseridas no patamar apresentado anteriormente, consigo através da conjuntura de ensino e união construir em seu imaginário particular a necessidade de mudanças do público. O anarquismo não impõe a ideologia e suas ações, mas sim, espera que os próprios indivíduos consigam reter a resposta necessária em um momento único e particular de reflexão e compreensão.

Ao longo da redação do texto sempre proporcionei reflexões, deixando questionamentos para justamente habitarem o imaginário

daquele que se dispõe a refletir os fatos oriundos de uma sociedade desigual. Na grande verdade, o objetivo principal do livro é justamente apresentar ao leitor os fatos que se desenvolveram ao longo dos acontecimentos, mas como, proporcionar o questionamento que os próprios anarquistas faziam e que muitos ainda vivem no presente.

Percebesse que a sociedade paulistana do começo do século XX trouxe em seu seio a desigualdade social hierarquizada, característica muito comum para muitas civilizações que sofreram o processo industrial intenso – a desigualdade tornou-se o eixo centro do capital e nela cresceu a civilização moderna – as classes se encontravam em grande distanciamento, com possibilidades nulas de haver avanços entre aqueles que habitavam as camadas mais baixas.

O patamar desigual é oriundo desde os tempos escravagistas, havendo a conservação das estruturas dos tempos imperiais no centro da sociedade moderna e republicana, que se industrializava e desenvolvia a cada nascer do Sol. O Brasil foi o último país a libertar os escravizados africanos, mas na verdade em meio a chegada dos imigrantes o que se instaurou nos centros urbanos brasileiros foi a *escravidão social*:⁷ Pessoas sem direitos; Precárias condições de vidas; Exclusões do convívio social.

Deste modo, há uma construção social complexa e desigual, em que aqueles que estavam inseridos nas engrenagens do sistema fabril foram os principais atingidos, além das péssimas condições de trabalho como outrora apresentado no texto, havia também a exclusão pelas classes e pelo estado. O patamar de exclusão estatal tornou-se o eixo central da discussão da narrativa histórica apresentada, afinal, quando trabalhamos a sociedade brasileira dentro do respectivo período há confluência entre a classe dominante e o poder do estado.

O estado e a burguesia são a mesma pessoa, percebesse na apresentação do jogo político e a necessidade do combate ao analfabetismo para reverter esse poderio. Ao longo do progresso da sociedade paulistana e aqui aponto como não única dentro dessas questões, mas

7. Termo figurativo para descrever o período em que os imigrantes sofreram fortes repressões e condições análogas a escravidão no Brasil.

sim, como tantas outras cidades urbanizadas ou não que se sustentavam no progresso da exclusão para manter suas estruturas políticas e sociais.

A questão educacional apresentou-se como importante pilar de construção das desigualdades existentes na sociedade paulistana, mas não de forma exclusiva, a defasagem escolar pode ser percebida principalmente pela falta de investimento estatal. Assim, percebe-se que o setor da educação pública fora utilizado de forma indireta para haver a alienação e exclusão das classes mais baixas, permitindo com que a burguesia pudesse reter para si o controle dos meios e precarizasse o ensino dentro do forjar da classe operária, inibindo qualquer possibilidade de progresso e futuras mudanças na conjuntura política/social.

Deste modo, haja vista os dados apresentados ao longo do texto, o governo paulistano com certas ressalvas buscou reverter os números alarmantes que representavam a questão educacional na cidade. Entretanto, as medidas legislativas e práticas expressas pelos órgãos legisladores não conseguiram romperem com as mazelas que afligiam a sociedade. Na verdade, houve a intenção pela mudança, mas muitos bairros e famílias ainda continuaram inseridos no distanciamento em relação aos institutos educacionais.

A palavra a ser compreendida e refletida ao longo da leitura é o *amor*, para os anarquistas o subjugar do sentimento estava além das características carnavais que estão inseridos ao seu significado, a construção do intelecto, o desenvolvimento da profunda reflexão e o enriquecimento cultural daqueles menos afortunados e excluídos do progresso, era a verdadeira demonstração de sentimento, o amar estava no compartilhar.

O anarquismo trouxe para São Paulo os ideais políticos e sociais que proporcionaram mudanças profundas na classe operária. Os institutos coordenados por João Penteado proporcionaram ao seu público-alvo a infraestrutura necessária que conseguisse combaterem as mazelas educacionais impostas, assim como, o progresso que muitas vezes se tonaram pertencentes somente a classe mais alta.

O Recenseamento Escolar de 1920 trouxe os dados concretos – havendo profundas divergências entre os números e a realidade – demonstrando para as instituições responsáveis pelo promover educacional na cidade os setores que deveriam sofrer maior investimento, assim como, os caminhos a serem percorridos na busca por sanar a questão do analfabetismo na cidade. Entretanto, os dados apresentados não trouxeram consigo: Onde? Como? Quem? Por quê?

Concluiu-se que a pedagogia libertadora conseguiu por suma transformar a realidade educacional da cidade de São Paulo, principalmente através dos métodos de ensino que incluíam desde o alfabetizar até as artes, assim como, o ensinar profissional que conseguiu transformar o desejo em número de cidadãos com uma profissão – aqui faço um adendo para explicar que o ato de reter uma profissão era muito além de trabalhar na área, quando trago essa questão está pautado justamente no ensinar da profissão. Deste modo, houve a aproximação da classe trabalhadora dentro do núcleo educacional e o combate ao analfabetismo adulto, que eram os principais grupos populacionais atingidos pela defasagem.

De fato, as ações pedagógicas das Escolas Modernas e toda sua estrutura por trás do ensino e sua aproximação com a sociedade através de eventos, proporcionaram significativas mudanças na realidade da classe operária, indo muito além do reverter dos dados sobre o analfabetismo, mas como, a união da classe em prol de um projeto reformulador de muitos pilares desiguais em uma sociedade capital.

Nítido a ação do Estado na busca por combater o avanço do projeto anarquista através dos institutos educacionais e a construção de laços com a classe trabalhadora, buscando através de inúmeras *estradas* o fechamento das atividades dos respectivos centros de ensino. Havendo a necessidade de diversas transformações, desde a nomenclatura até atitudes no ensinar para inibirem esse processo de repressão. Assim, percebesse a ação do estado burguês em manter e reger a sociedade nos moldes seculares e analfabetos para o bem maior da vivência e existência das hierarquias vigentes.

Afastamento de João Penteadó – com muitas ressalvas – tornou-se necessário ao longo da primeira metade do século XX, errôneo de minha parte caracterizar como abandono ou desligamento total por parte do pedagogo anarquista, mas sim, houve a transmissão ao estado dessa ruptura, um fator fictício para os olhos que sentiam a necessidade de enxergar essa realidade.

O ensino libertário proporcionou em São Paulo a verdadeira mudança, mesmo que de forma simplória para o grande número de trabalhadores que se aglomeravam na capital, porém, a educação era um dos tantos pilares dentro do projeto do movimento anarquista que visava o futuro, ou seja, o constituir de uma sociedade igualitária e com pilares que garantissem o viver da classe mais pobre.

João Penteadó, merece todo o reconhecimento por sua luta e história, dedicar a vida para mudar a realidade de outras pessoas, o tanto quanto desconhecidas, está muito além do ser, está na alma e na dedicação do amor ao próximo, o amar é ensinar, e transformar a realidade através da educação está no compartilhar do conhecimento, pois o saber ele não é único e muito menos particular, deve ser compartilhado para que todos possam *amar* e ser *amado*.

Este livro é uma dedicatória para a vida daqueles que lutaram e lutam pelo progresso e o transformar da vida das pessoas, pela liberdade intelectual e o poder de pensar em uma sociedade livre de qualquer preconceito e imposição ideológica.

Todas as profissões antes de existirem nascem na arte do ensinar de um professor.

Referências

BANDEIRA, Antonio Francisco Junior. **A indústria no Estado de São Paulo em 1901**. São Paulo: Tip. do “Diário Oficial”, 1901.

BARRIENTOS, Matheus Ferreira. **O jornal *A Plebe* e a luta pela construção de uma consciência anarquista de classe (1917-1924)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista “La Battaglia” e sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etno-cêntricos. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 8/9, p. 118-147, 1998.

BIONDI, Luigi. **FGV**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONOMO, Alex Buzeli. **O anarquismo em São Paulo: As razões do declínio (1920-1935)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

CALSAVARA, Tatiana da Silva. **A Militância Anarquista Através das Relações Mantidas por João Penteadado – Estratégias de Sobrevivência Pós anos 20**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTELLAN, Gláucia Rodrigues. **Artesãos da subversão. Os trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

CASTRO, Rogério Cunha de. O sonho de um tolstoiano: João Penteadado e a Escola Moderna de São Paulo (1912-1919). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 2, p. 9-17, 2015.

CORRÊA, Carlos Humberto. O anarquismo no Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 1, p. 21-37, 1980.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DANTAS, Monica Duarte. De Rebeliões e Sedições: Protesto popular e construção do Estado no Brasil oitocentista. **Revista Canoa do Tempo**, Manaus, v. 5/6, n. 1, p. 17-52, jan./dez. 2011/2012.

DARDANI, Marina Centurion. **Educação anarquista e Escolas Modernas: Europa-Brasil**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduando em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2021.

DE MORAES, José Damiro. **Educação anarquista no Brasil da Primeira República**. Campinas: Unicamp, 2006.

DE MORAES, José Damiro. “Leitura que recomendamos – O que todos devem ler”: Impressos didáticos e ensino de história nas escolas anarquistas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 45-58, jan./jun. 2013.

FALCÓN, Ricardo. **Democracia, conflito social y renovación de ideas (1916-1930)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 8/9, p. 10-61, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2008.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930). **Encontro de pesquisa em educação do centro-oeste**, v. 12, p. 30-45, 2014.

GALLO, Sílvio. Anarquismo e Educação: Os desafios para uma pedagogia libertária hoje. **Revista de Ciências Sociais**, n. 36, p. 169-186, abr. 2012.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Educação e movimento operário no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1987.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

HOBSBAWM, Eric J; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos – O breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAURIS JUNIOR, Renato Luiz. **José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. De primos, cunhados e “anarquistas perigosos”: Repressão a imigrantes italianos (São Paulo, 1893). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 15, n. 27, p. 68-113, 2009.

LEUTPRECHT, Douglas Bahr; DALLABRIDA, Noberto. Usos da Pedagogia Racionalista na Escola Moderna N° 1 de São Paulo (1913-1919). **Revista História y Memoria de la Educación**. Madrid, v. 11, p. 379-431, 2020.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A educação na Primeira República. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 1930-1961, 2003.

MARTINS, Angela Maria Souza. A educação libertária na Primeira República. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, p. 1-15, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 1. reimp. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MENEZES, Albene Miriam F. Disponível em: [https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportarr/curiosidades=-e-fatos-historicos1901/2013-1910-#:~:text=Principais%20produtos%20de%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20da,a%C3%A7%C3%BAcar%20\(1%2C2%25\)](https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportarr/curiosidades=-e-fatos-historicos1901/2013-1910-#:~:text=Principais%20produtos%20de%20exporta%C3%A7%C3%A3o%20da,a%C3%A7%C3%BAcar%20(1%2C2%25)). Acesso em: 04 nov. 2024.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo – Primeira década republicana 1890-1893**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil: Primeira República (1889-1930). **História da Educação - UNESP**. 2010.

PARRA, Lucia Silva. A biblioteca de João Penteadó e a circulação de saberes. **ANPUH-Brasil: 30º Simpósio Nacional de História**, Recife, 2019.

PARRA, Lucia Silva. **Leituras libertárias: Cultura anarquista na São Paulo nos anos 1930**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PAULA, Amir El Hakim de. **Os Operários pedem Passagem! – A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955.

PERES, Fernando Antonio. Estratégias de aproximação, sociedades de idéias e educação anarquista em São Paulo na Primeira República. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v. 6, n. 1, p. 135-167, jan./jun. 2006.

PERES, Fernando Antonio. **Revisitando a trajetória de João Penteadó: o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e Trabalho: Dimensões do Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

PINTO, Levi Fernando Lopes Vieira. **“A par dum trabalhador, devemos fazer um pensador”**: a cultura anarquista paulistana nas práticas artísticas e pedagógicas das **Escolas Modernas n. 1 e 2**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Artes do Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.

QUIROGA, Fernando Lionel; PAOLUCCI, Beatriz Aparecida. Revisitando os clássicos: as contribuições de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber para a sociologia da educação. **Educação Por Escrito**, v. 11, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2020.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Edméia Aparecida; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins; DE SOUZA, Tatiane Patrícia. Projeto memória e história de São Jerônimo da Serra: Uma experiência de ensino entre o anacronismo institucional brasileiro e as modernas teorias pedagógicas. In: LIMA, Eneliza de; ARIAS NETO, José Miguel; ALMEIDA, Marta de (orgs.). **Violência e direitos: 500 anos de lutas**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2001.

ROSCOCHE, Luiz Fernando. O anarquismo da Colônia Cecília: uma jornada do sonho a desilusão. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 28, n. 1, p. 25-39, 2011.

SANTOS, Hamilton. Imigração e anarquismo no movimento operário durante a Primeira República. **Revista Estudos Libertários**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-33, 2º semestre 2019.

SANTOS, Luciana Eliza dos. A memória da educação anarquista e suas expressões por meio de fontes documentais primárias em um Centro de Memória da Educação. **Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 31, p. 1-31, 2023.

SANTOS, Luciana Eliza dos. **A trajetória anarquista do educador João Penteadó: leituras sobre educação, cultura e sociedade**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Luciana Eliza dos. Percursos do professor anarquista João Penteadó e a formação de um arquivo pessoal: documentos que contam a história. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 22, n. 75, p. 1590-1619, out./dez. 2022.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS—Revista Científica**, v. 10, n. especial, p. 147-168, 2008.

SIMÃO, Azis. Os Anarquistas: duas gerações distanciadas. **Tempo Social – Revista Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 57-69, 1º sem. 1989.

SOUZA, Renan Leocárdio. Práticas Libertárias em Educação – A Escola Moderna nº 1 (1913-1919). In: WARDE, Miriam Jorge; DE OLIVEIRA, Fernando Rodrigues. **História da Educação: sujeitos, objetos e práticas**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2022.

TREVISAN, Tatiana Valéria. **Sociologia da educação**. Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

VALENTE, Silza Maria Pazello. **A presença rebelde na cidade sorriso: Contribuição ao Estudo do Anarquismo em Curitiba, 1890-1920**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VALENTE, Silza Maria Pazello. O movimento anarquista no Brasil. **Revista Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 15, n. 3, p. 260-269, set. 1994.

Jornais

A Lanterna (1901-1935)

A Plebe (1917-1951)

Correio Paulistano (1854-1963)

Boletim da Escola Moderna (1918-1919)

La Protesta (1897-2015)

Outras fontes

Anuario de Ensino do Estado de S. Paulo. Directoria Geral da Instrução Publica, São Paulo, 1918.

Anuario da directoria de instrução publica do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Instrução do Estado de São Paulo, 1919.

Censo Demográfico/Educacional de 1920

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Documentos legislativos

BRASIL. Imperador do Brasil. Constituição do Império do Brasil. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, RJ: Império do Brasil, [1827]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO%20DE%201827. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro, RJ: República dos Estados Unidos do Brasil, [1891]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 8.659. O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização concedida pelo art. 3º, n. II, da lei n. 2.356, de 31 de dezembro de 1910, resolve aprovar, para os institutos de ensino creados pela União e actualmente dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, a Lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica, que a este acompanha, assignada pelo ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, [1911]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 fev. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Rio de Janeiro, RJ: Assembleia Constituinte, [1934]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm?TSPD_101_R0=f164e65bd3b8aafbe0962d25f59edd87h610000000000000000000000000000005b1e984d0090e03690](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm?TSPD_101_R0=f164e65bd3b8aafbe0962d25f59edd87h6100000000000000009c1a15c9fff-f00000000000000000000000000000005b1e984d0090e03690). Acesso em: 07 ago. 2024.

SÃO PAULO. Presidência da Província. Lei n. 34. Do objecto da instrucção primaria, e estabelecimento das escolas. São Paulo, SP: Província de São Paulo, [1846]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10030062&parte=1>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SÃO PAULO. Legislativo Estadual. Constituição do Estado de São Paulo. São Paulo, SP: Estado de São Paulo [1890]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1890/#:~:text=Artigo%201.%C2%BA%20%2D%20A%20antiga,exclusivamente%20delegadas%20aos%20poderes%20federais>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SÃO PAULO. Congresso Legislativo Estadual. Lei n. 88. Reforma a instrucção publica do Estado. São Paulo, SP: Província de São Paulo, [1892]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SÃO PAULO. Congresso Legislativo do Estado. Lei n. 1.223. Crêa, no municipio da Capital, mais dez escolas nocturnas para o sexo masculino, para adultos. São Paulo, SP: Estado de São Paulo [1910]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1910/lei-1223-16.12.1910.html>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SÃO PAULO. Presidência do Estado de São Paulo. Lei n. 2.225. Manda observar a Consolidação das leis, decretos e decisões sobre o ensino primario e as escolas normaes. São Paulo, SP: Presidência do Estado de São Paulo, [1912]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1912/decreto-2225-16.04.1912.html#:~:text=Palacio%20do%20Governo%20do%20Estado,16%20de%20Abril%20de%201912.&text=Artigo%201.%C2%BA%20%2D%20O%20ensino,criados%20e%20mantidos%20pelo%20Estado>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SÃO PAULO. Presidência do Estado de São Paulo. Lei n. 1.579. Estabelece diversas disposições sobre a instrução publica do Estado. São Paulo, SP: Congresso Legislativo, [1917]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1917/lei-1579-19.12.1917.html>. Acesso em: 06 nov. 2024.

Sítios Eletrônicos

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Dr^a. Silvana Oliveira (UEPG)

Dr. Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)

Dr^a. Marly Catarina Soares (UEPG)

Dr^a. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)

Dr^a Leticia Fraga (UEPG)

Dr^a. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)

Dr. Evanir Pavloski (UEPG)

Dr^a. Eunice de Moraes (UEPG)

Dr^a. Joice Beatriz da Costa (UFFS)

Dr^a. Luana Teixeira Porto (URI)

Dr. César Augusto Queirós (UFAM)

Dr. Valdir Prigol (UFFS)

Dr^a. Clarisse Ismério (URCAMP)

Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Dr^a Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (UTFPR)